



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**FUNDAMENTOS DA ANÁLISE MARXISTA SOBRE A
TEMÁTICA AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL**

VANDENÉIA BOURCKHARDT

FLORIANÓPOLIS
2010

VANDENÉIA BOURCKHARDT

FUNDAMENTOS DA ANÁLISE MARXISTA SOBRE A
TEMÁTICA AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial à
obtenção de grau de mestre.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

FLORIANÓPOLIS
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B767f Bourckhardt, Vandenéia

Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social [dissertação] / Vandenéia Bourckhardt ; orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento. - Florianópolis, SC, 2010.

112 p.: tabs

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Marxismo. 3. Meio ambiente. I. Sarmento, Hélder Boska de Moraes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36

**Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Florianópolis, 2010

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Departamento de Serviço Social, UFSC
(orientador)

Prof. Dra. Vera Herweg Westphal
Departamento de Serviço Social, UFSC
(membro externo)

Prof. Dra. Paula Cals Brügger Neves
Departamento de Ecologia e Zoologia, UFSC
(membro externo)

Florianópolis, maio de 2010.

*Aos meus queridos pais, Lírío e Sueli,
fonte de inspiração na minha vida...*

*Aos irmãos, Vanderlei e Vânia,
companheiros alegres na caminhada...*

*Aos avós, Armindo e Iracema, doces
presenças desde a infância...*

Amo muito vocês!!!

AGRADECIMENTOS

A Deus que me dá forças, coragem, persistência para prosseguir.

Aos meus pais, Lírio e Sueli, pela dedicação e esforço para me manter nessa caminhada, por todas as palavras de incentivo e pelo amor e carinho que sempre demonstram. Obrigada, de coração!

Aos meus irmãos, Vanderlei e Vânia, por todas as vezes que me disseram “você consegue”, renovando meu ânimo para seguir adiante!

À querida família de Rose, Ana e Enio, que muito contribuíram para minha formação no Curso de Serviço Social e estimularam o meu ingresso no Mestrado.

À querida amiga Michele de Souza, pela amizade e compreensão, por todos os momentos compartilhados, sorrisos e lágrimas que nós sabemos o quanto foram significativas. Obrigada por tudo!

Às “meninas”, Gabriela Rauber e Débora Rosa, pela oportunidade de compartilhar conhecimentos e vivências cotidianas.

Aos professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em especial às professoras Eugênia Cesconeto e Marli Roesler, pelos ensinamentos e estímulos que me fizeram adentrar na temática ambiental.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina por oportunizar o ingresso no Curso e aos professores pela abertura à discussão ambiental nas disciplinas cursadas.

Ao meu orientador Hélder que aceitou com entusiasmo o desafio de estudar a temática ambiental e ao longo do percurso não mediu esforços para buscar conhecimentos, problematizar e compartilhar inquietações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pela concessão de Bolsa para financiamento parcial do Mestrado.

A todos aqueles que indiretamente tornaram possível o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e que contribuíram para a permanência nele.

“[Marx] denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa”.

(Massimo Quaini, geógrafo italiano).

RESUMO

A presente dissertação de mestrado faz uma reflexão crítica acerca da temática ambiental com o objetivo de situar os fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente e sua relação com o Serviço Social. Entende-se que o marxismo ao trazer os elementos de análise do modo de produção capitalista também oferece os subsídios fundamentais para situar criticamente a problemática ambiental no capitalismo contemporâneo. O estudo se justifica, pois, nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2000, entre os espaços interventivos para o Assistente Social tem se destacado o aumento no atendimento às demandas socioambientais. Em relação ao tratamento teórico dado à temática ambiental pelo Serviço Social pode ser considerado incipiente. Quanto à metodologia utilizada trata-se de um estudo bibliográfico e documental, com base em leituras acerca da temática em livros, revistas, artigos científicos, publicações em eventos, além de levantamentos sobre as produções (teses e dissertações) que se vinculam à temática ambiental nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo situa-se a discussão da temática ambiental no modo de produção capitalista, trazendo aspectos conceituais e constitutivos da temática ambiental, além dos aspectos históricos, legais e políticos no processo de construção da Política Ambiental no Brasil. A discussão pauta-se em Loureiro (2004; 2007), Layrargues (1997), Sachs (2007), Netto e Braz (2009), entre outros. No segundo capítulo, compreende-se a análise marxista da temática ambiental a partir de John Bellamy Foster (2005) com uma releitura do pensamento ecológico de Marx e de Michael Löwy (2005) refletindo sobre a revisão crítica das forças produtivas. Insere-se no debate o autor mexicano Enrique Leff (2006), afirmando a necessidade de superação da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental. No terceiro capítulo situa-se as aproximações entre Serviço Social e meio ambiente, a partir das suas produções teóricas (teses e dissertações). Os levantamentos realizados foram sistematizados em tabelas demonstrando o panorama atual das aproximações entre Serviço Social e Meio Ambiente. Em seguida apontam-se reflexões, avanços e limites na fundamentação teórica da temática ambiental pelo Serviço Social, a partir dos fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: Marxismo; Meio Ambiente; Serviço Social.

ABSTRACT

This Dissertation makes a critical thinking concerning the Environmental Thematic with the objective to situate the basis of the Marxist analysis on the Environment and its relationship with Social Work. It is understood that while Marxism had brought the elements of analysis of the capitalist mode of production, it also offers the fundamental subsidies to critically place the environmental problematical in contemporary capitalism. The study, thus, is justified in recent decades, mainly since the year 2000, between the areas of intervention for the Social Work Assistant, which has detached a heeding growth to socioenvironmental demands. In relation to the theoretical treatment given to the Environmental Thematic by the Social Work, it may be considered incipient. Regarding the used methodology, it is a bibliographic and documentary study, based upon reading, concerning the Thematic in books, magazines, scientific papers, publications in events, besides surveys on productions (Theses and Dissertations) which are linked to the Environmental Thematic within the Post-Graduaton Programs in Social Work. The study is organized into three chapters. The first chapter situates the Environmental Thematic discussion into the capitalist mode of production, bringing conceptual and constitutive aspects of the Environmental Thematic, besides the historical aspects, legal and political in the building process of the Environmental Policy in Brazil. The discussion is methodized in Loureiro (2004, 2007), Layrargues (1997), Sachs (2007), Netto and Braz (2009), amongst others. The second chapter comprises the Marxist analysis of the Environmental Thematic from John Bellamy Foster (2005) with a re-reading of ecological thinking in Marx and Michael Löwy (2005) reflecting on the critical reappraisal of the productive forces. The mexican author Enrique Leff (2006) is interpolated into the debate, affirming the need to overcome capitalist rationality and the construction of an environmental rationality. In the third chapter, it is situated the approaches between Social Work and the Environment, from its theoretical productions (Theses and Dissertations). The surveys achieved were sistematized in tables showing the current panorama of approaches between Social Work and the Environment. Moreover, it is mentioned thinkings, advances and limits in the theoretical fundamentals of the Environmental Thematic in Social Work, from the Marxist analysis groundwork on the Environment.

Keywords: Marxism; Environment; Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de teses e dissertações nos relatórios da CAPES (1998 – 2008).....	83
Tabela 2: Quantitativo geral de teses e dissertações nos Cadernos de Indicadores da CAPES (1998 – 2008).....	85
Tabela 3: Relação nominal de teses e dissertações por Programa e Região brasileira (1970 - 2008).....	88

LISTA DE SIGLAS

CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS.....	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF/1988.....	Constituição Federal de 1988
CFESS.....	Conselho Federal de Serviço Social
CMMA.....	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CONAMA.....	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA.....	Educação Ambiental
ENPESS.....	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IBAMA.....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
MEC.....	Ministério da Educação e Cultura
PIBIC.....	Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNUD.....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNMA.....	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA.....	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC/RIO.....	Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS.....	Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP.....	Universidade Pontifícia Católica de São Paulo
SEIPAS.....	Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade
SEMA.....	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA.....	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCC.....	Trabalho de Conclusão de Curso

UCGO.....Universidade Católica de Goiás
UEL.....Universidade Estadual de Londrina
UERJ.....Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL.....Universidade Federal de Alagoas
UFAM.....Universidade Federal do Amazonas
UFJF.....Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESP/FR.....Universidade Estadual de São Paulo/ Franca
UNIOESTE.....Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFPA.....Universidade Federal do Pará
UFPB/JP.....Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa
UFPE.....Universidade Federal do Pernambuco
UFRJ.....Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN.....Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC.....Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. SITUANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	30
1.1. Aspectos conceituais da temática ambiental e elementos constitutivos do modo de produção capitalista.....	30
1.2. Crescimento, desenvolvimento e meio ambiente: o debate em torno do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.....	37
1.3. Aspectos históricos, legais e políticos do processo de construção do direito ao meio ambiente (ou da Política Ambiental) no Brasil.....	47
2. OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE MARXISTA DA TEMÁTICA AMBIENTAL.....	54
2.1. A Ecologia de Marx: uma releitura a partir de John Bellamy Foster.....	54
2.2. Michael Löwy: revisão crítica das forças produtivas e a perspectiva do ecosocialismo ou ecomarxismo.....	61
2.3. Enrique Leff e a construção da racionalidade ambiental.....	67
3. A ANÁLISE MARXISTA DA TEMÁTICA AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL.....	71
3.1. Situando as aproximações entre Serviço Social e meio ambiente.....	71
3.2. Tendências das produções sobre o meio ambiente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.....	83

3.3. O Serviço Social e a análise marxista sobre a temática ambiental.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado elaborada e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) faz uma reflexão crítica acerca da temática ambiental e sua relação com Serviço Social.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2000, entre os espaços interventivos para o Assistente Social tem se destacado o aumento no atendimento às demandas socioambientais, as chamadas questões ambientais, termo genérico para designar os problemas relativos ao meio ambiente, tais como saneamento básico, destinação de esgoto, resíduos sólidos, habitações irregulares, etc.

Temos vivenciado a atuação do profissional no planejamento e execução de projetos e serviços socioambientais em companhias de saneamento básico e a participação na implementação de projetos de desenvolvimento urbano, sobretudo, em programas habitacionais. Também temos exemplos de inserção do profissional em grupos de pesquisa acadêmicos, bem como, em organizações da sociedade civil voltadas para a discussão da temática ambiental.

Em relação ao tratamento teórico dado à temática ambiental pelo Serviço Social pode ser considerado incipiente e é desconhecido pela maioria dos profissionais. A ausência ou insuficiência de aprofundamentos teóricos, bem como, o desconhecimento em relação ao que o Serviço Social tem produzido sobre a temática, tem seus reflexos no reforço da idéia de que, aparentemente, o Serviço Social em nada se relaciona com o meio ambiente.

Outro aspecto é que, em nível mais geral, quando se discute a temática ambiental ainda predomina o discurso que restringe o meio ambiente ao que é natural. Essa visão naturalista exclui os seres humanos dos elementos naturais, ou seja, separa aquilo que é natural daquilo que foi construído pela ação humana.

O interesse inicial pela temática ambiental e em desenvolver a dissertação de mestrado nessa área está vinculado à minha trajetória acadêmica no Curso de Bacharelado em Serviço Social, realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no período de 2004 a 2007, durante o qual tive uma aproximação à temática participando de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No período de agosto de 2006 a julho de 2007 participei como Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvendo a pesquisa “Indicadores Ambientais de Limpeza

Pública em Toledo”, sob a orientação da Profa. Dra. Eugênia Aparecida Cesconeto. Esta experiência motivou a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2007, seguindo a mesma linha de discussão, intitulado “A gestão dos serviços de limpeza pública urbana no município de Toledo/PR”, tendo como orientadora a Profa. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler.

Paralelo à iniciação científica houve a inserção como colaboradora no Projeto de Extensão “Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade” (SEIPAS), no período de novembro de 2006 a novembro de 2007. Uma das ações do Projeto de Extensão consistia em desenvolver atividades de Educação Ambiental com idosos do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). Tendo como parâmetros os temas norteadores da Agenda 21 as atividades consistiam na realização de palestras, oficinas, reuniões e visitas a instituições.

Nas atividades de ensino, em 2007, cursei uma disciplina em Núcleos Temáticos: “Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: ações para promover sociedades sustentáveis”, onde se procurou demonstrar a necessidade de incluir os debates acerca das questões ambientais na formação do Assistente Social, uma vez que, este é chamado a intervir nessa área.

Durante o estágio supervisionado na Secretaria Municipal de Habitação de Toledo, realizado de março a novembro de 2007, apresentou-se a demanda pelo trabalho do Assistente Social na elaboração e execução do projeto social junto à população que acessa um Programa Habitacional, incluindo-se nesse projeto ações sócio-ambientais. Trata-se de uma exigência dos órgãos financiadores para implementação dos referidos Programas.

Outra possibilidade de intervenção foi percebida durante o Projeto Rondon, em julho de 2007, na cidade de Diamantino/MT. Houve a participação em equipe multidisciplinar na assessoria aos gestores municipais visando à melhoria dos serviços de saneamento básico, em específico, planejando a reestruturação do lixão que havia na cidade.

Ao longo do processo formativo participei de Seminários, Congressos, Encontros e Oficinas, nos quais apresentei artigos e resumos acerca da temática ambiental. Destaca a presença, em 2007, no XVI Encontro Anual de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (BOURCKHARDT, 2007a), no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (BOURCKHARDT; CESCONETO, 2007a) e no XXV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. (ROESLER et. al,

2007). E, a publicação de artigo nos Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, promovida pela Universidade Federal do Maranhão. (BOURCKHARDT; CESCNETO, 2007b).

Esse envolvimento com a temática ambiental ao longo da graduação me incitou a elaborar relatórios, artigos, resumos, anotações, reflexões e fui construindo a base para o TCC. Tudo isso me proporcionou uma aproximação à complexidade de elementos/aspectos que perpassam a temática do meio ambiente. No TCC esses elementos foram reunidos, constituindo-se o principal ponto de partida para elaboração da dissertação de mestrado. Nesse sentido, resgato aqui algumas das observações do estudo realizado.

No TCC o objetivo geral foi analisar o processo de gestão dos serviços de limpeza pública urbana no município de Toledo. Além dos dados da pesquisa de iniciação científica citada anteriormente, foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos/empresas executoras dos serviços de limpeza urbana, possibilitando compreender a organização dos serviços de limpeza pública no município, a importância que se atribui à estrutura de gestão desses serviços, as normatizações observadas na sua execução, as dificuldades existentes e as implicações que os serviços têm para o meio ambiente e qualidade de vida da população. (BOURCKHARDT, 2007b).

Em relação à estrutura de gestão dos serviços de limpeza pública urbana em Toledo/PR estava caracterizada pela contratação de empresas terceirizadas para executar os serviços de limpeza pública, vinculando-as a Secretarias distintas. São elas: a empresa Transportec, vinculada à Secretaria Municipal de Obras Públicas, à Empresa de Desenvolvimento Urbano (EMDUR) vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura Rural e a empresa Lua Natur vinculada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Em muitos momentos ficou explícita a insuficiência ou mesmo inexistência de interlocuções entre as Secretarias e empresas fragmentando as ações e limitando seu alcance.

Apesar de existir a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) e o Fundo Municipal do Meio Ambiente, esses órgãos ainda encontram limitações para sua efetivação no município. O CMMA foi criado pela necessidade de repasse de recursos, restringindo seu papel de órgão deliberativo, propositivo e fiscalizador da política ambiental. Quanto à Secretaria é vista como o órgão fiscalizador e punitivo quando observadas irregularidades e responsável pela destinação de recursos.

Prevaleceu também o entendimento de que apenas a Secretaria

Municipal do Meio Ambiente tem ao seu alcance o domínio das legislações na área ambiental e de que as normas são próprias da Secretaria, ou quando muito, advindas de outros órgãos ambientais (a exemplo do Instituto Ambiental do Paraná), não sendo explicitado que a existência de leis e normas locais são desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e da Política Nacional do Meio Ambiente. Outro aspecto é que a legislação ambiental foi considerada um limite devido aos trâmites burocráticos que tornam mais difícil a organização dos serviços de limpeza pública.

Em relação às dificuldades apontadas na execução dos serviços de limpeza pública, envolvem a falta de recursos financeiros, humanos e materiais para ampliar a abrangência de alguns serviços. Porém, sobre estes aspectos prevaleceu a falta de conscientização da população que, segundo a maioria dos entrevistados, ainda não incorporou as questões ambientais no seu agir do dia-a-dia. Por outro lado, não reconhecem a carência de programas ou ações educativas, nem remetem ao que se entende por Educação Ambiental.

Apenas dois entrevistados reconhecem que é preciso ampliar as discussões relativas ao planejamento dos serviços que são executados a fim de buscar alternativas conjuntas entre as diversas Secretarias e entre o poder público e a população que demanda pelos serviços. Além disso, consideram importante a capacitação profissional para promover ações mais efetivas, orientadas para a melhoria das condições ambientais e bem-estar da população.

Destaca-se ainda o fato de que a limpeza pública é relacionada diretamente à saúde humana e à qualidade de vida e, em seguida, ao meio ambiente em si e à preservação dos recursos naturais. Apesar de sua importância para a qualidade de vida da população os serviços de limpeza não a garantem, por si só, sendo necessário, entre outros aspectos, condições ambientais favoráveis. Ou seja, a implicação positiva ou negativa para o meio ambiente é que irá refletir na melhoria da qualidade de vida ou não.

Por fim, foi reconhecida sua importância pelo papel exercido na aceitação ou não da administração pública municipal junto à população. Isso porque o julgamento acerca de um município e de sua administração, muitas vezes, tem por base a aparência do local. Sinaliza-se que antes de haver uma preocupação com a qualidade de vida da população e o meio ambiente, existe a necessidade de garantir o reconhecimento do governo local junto aos municípios e seus visitantes.

Essas vivências e questionamentos suscitados durante o processo

formativo no Curso de Serviço Social demonstraram algumas das demandas, possibilidades de intervenção e de produção de conhecimento sobre a temática ambiental, além de lacunas, sobretudo, quanto à necessidade de aprofundamentos teóricos.

Nesse ponto é preciso reconhecer a própria limitação em relação ao estudo dessa temática. Ao iniciar a pesquisa na graduação e por diversos momentos nas ações realizadas no projeto de extensão, o ponto de partida foi a visão naturalista e preservacionista do meio ambiente. Aos poucos percebi que o Assistente Social pode participar e trazer um olhar diferenciado para as discussões sobre o tema em questão. E, convicta disso, me desafiei a ingressar no mestrado.

No processo seletivo, em novembro de 2007, apresentei o pré-projeto intitulado “Serviço Social e Meio Ambiente: uma relação necessária”. Naquela proposta o objetivo era compreender a relação entre Serviço Social e Meio Ambiente presente na intervenção do Assistente Social, através do estudo de caso das ações desenvolvidas pelas Assistentes Sociais da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Inquietava principalmente o fato de o profissional ser chamado a intervir nas questões ambientais e, por outro lado, não ter em sua formação profissional subsídios teóricos acerca da temática ambiental capazes de responder às demandas postas na realidade cotidiana.

Tal inquietação me acompanhou durante o mestrado e ao cursar as disciplinas procurei relacionar o conteúdo abordado nas aulas com as discussões sobre o meio ambiente, incluindo em três dos trabalhos avaliativos essa temática. Na disciplina “Pensamento Social Moderno e Contemporâneo”, trouxe apontamentos sobre “Racionalização Social e apropriação da natureza: uma aproximação as análise de Max Weber e Enrique Leff” (BOURCKHARDT, 2008a). Na disciplina “Cultura, Política e Direito” escrevi sobre “O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: um caso de construção e incorporação dos direitos na sociedade brasileira” (BOURCKHARDT, 2008b). Finalmente, na disciplina “Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos” tratei do “O Capitalismo dependente latino-americano e a apropriação do meio ambiente no caso brasileiro”, publicado nos Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. (BOURCKHARDT, 2009).

Em meio às discussões realizadas passei a me questionar também *como os Assistentes Sociais que atuam com questões ambientais vem sistematizando suas intervenções e construindo respostas teóricas para*

os problemas práticos que lhe são colocados no cotidiano profissional. Surgiu a necessidade de analisar como o Serviço Social enquanto área de conhecimento se posiciona teoricamente frente ao tema ambiental.

Foram realizadas leituras paralelas às disciplinas e levantamentos sobre a produção de conhecimentos acerca da temática ambiental realizada pelo Serviço Social, em livros, revistas, publicações de eventos e nos sites dos Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Serviço Social levando à definição do problema de pesquisa apresentado no projeto de qualificação: “Como o Serviço Social está se apropriando da teoria social crítica de Marx para problematizar a temática ambiental?”.

A proposta era realizar a análise de conteúdo de teses e dissertações sobre o meio ambiente defendidas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, tendo como objetivos específicos: listar a produção teórica existente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social através do levantamento das teses e dissertações defendidas cuja temática se relacione com o meio ambiente; identificar as perspectivas teóricas presentes nas discussões apresentadas; elencar a partir do referencial crítico marxista as principais categorias de análise encontradas nas produções do Serviço Social; identificar avanços, lacunas e perspectivas na produção do conhecimento sobre o meio ambiente pelo Serviço Social brasileiro em nível de Pós-Graduação.

A partir das contribuições feitas na banca de qualificação o objeto de pesquisa foi redimensionado para um estudo conceitual dos fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e a sua relação com o Serviço Social. Os dados obtidos no levantamento bibliográfico realizado foram mantidos e podem ser subsídios para estudos subsequentes. Ao fazer uma leitura atenta dos resumos disponíveis on-line nas teses e dissertações percebe-se que, na maioria, a perspectiva marxista está ausente ou é bastante reduzida. Assim, justifica-se a necessidade de fazer esse estudo teórico de resgate da contribuição marxista sobre o meio ambiente a partir do olhar do Serviço Social.

A partir desta problemática é que foi definido o objetivo geral da dissertação: situar os fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente no Serviço Social.

Quanto à metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com referencial teórico pautado na perspectiva marxista. Entende-se que o marxismo ao trazer os elementos de análise do modo de produção capitalista também oferece os subsídios

fundamentais para situar criticamente a problemática ambiental no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, na construção teórica da pesquisa procura-se identificar na obra marxista aquelas categorias que possivelmente demonstram a visão ecológica de Marx, além de trazer reflexões de autores marxistas contemporâneos e seus argumentos para a necessidade de revisar aqueles fundamentos, identificando lacunas e insuficiências deixadas por Marx, bem como, retomar e aprofundar as suas contribuições.

O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo situa-se a discussão da temática ambiental no modo de produção capitalista, trazendo aspectos conceituais e constitutivos da temática ambiental, sua inserção nos debates acerca do desenvolvimento e crescimento econômico culminando nas propostas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e, evidenciando os aspectos históricos, legais e políticos no processo de construção da Política Ambiental no Brasil. As discussões estão pautadas em autores como Netto e Braz (2009), Loureiro (2004; 2007), Layrargues (1997), Sachs (2007), entre outros.

No segundo capítulo, compreende-se a análise marxista da temática ambiental a partir de três autores contemporâneos. Primeiramente, tem-se John Bellamy Foster (2005) com uma releitura do pensamento ecológico de Marx, trazendo categorias como “metabolismo” e “alienação da natureza”. Em seguida, apresenta-se a contribuição de Michael Löwy (2005) para uma revisão crítica das forças produtivas pautando-se na perspectiva ecossocialista ou ecomarxista. Por fim, insere-se no debate o autor mexicano Enrique Leff (2006) afirmando a necessidade de superação da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental.

No terceiro capítulo busca-se refletir sobre como os profissionais Assistentes Sociais vêm problematizando a temática ambiental nas suas produções teóricas. A partir da obra organizada por Carvalho e Silva e Silva (2005), sobre a produção teórica do Serviço Social no período de 2001 a 2003, levantamentos/consultas nos sites dos programas de Pós-Graduação e relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) foi sistematizado, em tabelas, o conjunto de dissertações e teses publicadas. Em seguida apontam-se avanços e limites na fundamentação teórica da temática ambiental pelo Serviço Social, a partir dos fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente.

1. SITUANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

1.1. Aspectos conceituais da temática ambiental e elementos constitutivos do modo de produção capitalista

Falar de “meio ambiente” se tornou comum. Muitas vezes o conceito não é problematizado, tendo seu “sentido esvaziado”, como se já existisse um entendimento prévio e homogêneo por parte das pessoas¹. Entende-se que todas as discussões em torno das chamadas “questões ambientais” e o rumo que assumem, estão diretamente relacionadas ao entendimento que se tem de meio ambiente. E mais, do significado que ele assume no interior das relações produtivas, em específico, do modo de produção capitalista.

Como ponto de partida tem-se o caráter fundamental, de sustentação da vida, que a natureza assume em qualquer modo de organização social. Como lembram Netto e Braz (2009),

A sociedade não pode existir sem a natureza – afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35, grifos do autor).

A natureza é definida pelos autores como

[...] o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo [...] que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da

¹ Conforme Loureiro (2004, p. 20-21), “um senso comum generalizado e pouco reflexivo sobre conceitos que, ao serem apropriados indistintamente e sem rigor teórico, ocasionam a perda de competência para se estabelecerem com clareza o que se quer [...]”.

propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica) [...] a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa *totalidade complexa*. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35, grifos do autor).

No decorrer do processo evolutivo ocorreram “saltos qualitativos”, ou seja, diversificações entre os níveis inorgânico e orgânico, que culminaram com a constituição do *ser social*. “Uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo *diverso* da natureza.” (NETTO; BRAZ, 2009, p.36-37). O ser social se constitui pelo trabalho e através dele distingue-se da natureza, porém, sem perder sua naturalidade – sua condição originária de ser da natureza. O ser social é o único capaz de agir teleologicamente, propor finalidades, antecipar metas, projetar ações, objetivar idealizações, de acordo com as necessidades de cada momento histórico.

Assim, seguindo uma perspectiva crítico-dialética², o trabalho é a categoria fundante da humanidade (sociedade) e assume centralidade no desenvolvimento histórico³. O trabalho é a atividade humana de interação com a natureza que transforma matérias naturais em produtos que atendem às necessidades sociais. Através do trabalho se obtêm as condições materiais de existência e reprodução da sociedade. (NETTO; BRAZ, 2009, p.30).

Esses elementos são importantes, pois, na sociedade capitalista a relação homem-natureza através do trabalho adquire conotações específicas e delas decorrem abordagens diferenciadas para tratar do meio ambiente.

Meio ambiente e natureza são conceitos, em vários momentos, assumidos como sinônimos. Entende-se que tal associação pode ser realizada com as devidas precauções ou se passa a assumir uma visão naturalista.

Uma *visão naturalista* entende o meio ambiente somente como suporte físico e biológico da vida, restrito “à fauna e flora”, do qual se

² A perspectiva crítico-dialética está sendo usada no sentido da tradição marxista.

³ Netto e Braz (2009, p.43) lembram que [...] o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho [verificando-se] a existência de esferas de objetivação [como] a ciência, a filosofia, a arte, etc.

excluiria o homem⁴. Nessa forma de abordar a temática ambiental o meio ambiente se confunde com os elementos puramente naturais, a natureza em si, sem considerar a natureza transformada pelo homem.

Quando se compreende a natureza tal como definida anteriormente por Netto e Braz (2009), ou seja, uma “unidade” que articula os seres inorgânicos, orgânicos e o ser social “numa totalidade complexa”, entende-se que, nesse sentido, é possível sim estabelecer uma associação com um conceito de meio ambiente que não seja naturalista.

Isso porque, ao contrário da *visão naturalista*, entende-se o ser humano como parte da natureza, que além de alterar o meio ambiente, também é influenciado pelas condições ambientais e se transforma nessa relação. Não se trata de conceber o homem como “um ser superior”, e por isso, capaz de dominar, apropriar e destruir um meio com o qual não se identifica, mas *um ser que se distingue pela capacidade de colocar finalidades e refletir sobre suas ações ao transformar o meio onde vive – um ser social*.

Uma definição de meio ambiente que se contrapõe ao naturalismo encontra-se em Urban (2002). A autora remete a tudo aquilo que cerca o ser vivo, incluindo o ambiente construído.

O meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências em interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. É ainda tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação, incluindo o solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e os outros organismos. O meio ambiente a partir do entendimento ampliado do conjunto de condições que dão sustentação à vida, meio físico e biológico, também é constituído do meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem. (URBAN, 2002, p. 57).

Outra definição é a de Reigota (2007). Este autor parte da idéia de representação social ou do conceito conforme ele é apreendido e

⁴ Ao longo do texto quando aparecer as palavras “homem” ou “homens” elas estão sendo usadas no sentido de “ser humano” ou do “gênero humano” que envolve tanto homens quanto mulheres.

internalizado pelas pessoas, o que permite a cada uma elaborar sua própria definição partindo da realidade onde se insere ou de um espaço determinado e momentos específicos conforme conhecimentos e experiências peculiares. Assim, o autor define o meio ambiente como

[...] o lugar determinado ou percebido, onde elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2007, p.14).

O autor traz dados de uma pesquisa realizada, no início da década de 1990, sobre qual a representação de meio ambiente dos pesquisados⁵. Predominou a concepção naturalista, onde o meio ambiente é entendido como sinônimo de natureza intocada, exterior ao homem e ainda não transformada. O ser humano, enquanto ser social, raramente é considerado como elemento constitutivo do meio ambiente e, em diversos momentos, é tido como “depredador por excelência”. (REIGOTA, 2007, 74-75).

Percebe-se a ausência de uma compreensão mais abrangente do significado do meio ambiente para a existência humana e das relações sociais que o constituem. Não é o homem que produz para atender necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia que degrada o meio ambiente. É quando o homem começa a organizar sua forma de produzir de modo a criar um número cada vez maior de necessidades que a relação homem-natureza tende a torna-se predatória.

A compreensão do meio ambiente, enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais parece distante de grande parte dos professores, visto a impossibilidade de estes incorporarem espontaneamente questões que perfazem a totalidade da problemática. (REIGOTA, 1995, p. 76).

⁵ A pesquisa envolveu 23 pessoas participantes do Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Educação Ambiental da Universidade do Centro-Oeste do Paraná, de Guarapuava/PR. O grupo era constituído em sua maioria por professores de primeiro e segundo graus em Ciências e Biologia, contando também, com professores de Matemática, Química e Educação Física, além de um agrônomo e um bioquímico. (REIGOTA, 2007, p. 71).

Assim, entende-se que a discussão em torno do meio ambiente requer a compreensão acerca dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista e das relações de produção a ele inerentes. Em qualquer forma de organização social o homem transforma a natureza produzindo bens que atendam suas necessidades, porém, no modo de produção capitalista a relação homem-natureza, pelo trabalho, adquire contornos específicos.

Com base nas obras de Marx, Netto e Braz (2009, p. 59-60), explicam que o processo de trabalho envolve um conjunto de elementos denominado de forças produtivas que inclui: os meios de produção (instrumentos de trabalho), os objetos do trabalho (tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano) e a força de trabalho (energia humana para transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação das necessidades). Por sua vez, as forças produtivas operam dentro de relações de produção historicamente determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção. A articulação entre forças produtivas e relações de produção constitui o modo de produção.

No modo de produção capitalista o regime de propriedade é a propriedade privada dos meios de produção. Nesse regime, as relações sociais têm caráter antagônico e contraditório. Ou seja, os proprietários dos meios de produção apropriam-se dos frutos do trabalho coletivo, mediante a exploração da força de trabalho daqueles que não possuem os meios de produção. A contradição entre forças produtivas e relações de produção se revela, na medida em que, a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas é mais intensa que a dinâmica das relações de produção e estas se tornam um entrave para o desenvolvimento do modo de produção. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 60).

A produção é o momento determinante do processo produtivo. Porém, como o objetivo do modo de produção capitalista é o lucro, os valores de uso (algo que tem a finalidade de satisfazer uma necessidade), precisam ser distribuídos e consumidos. A distribuição consiste na *“forma pela qual o produto social global é dividido entre os diferentes membros da sociedade.”* Enquanto o consumo *“é o processo no qual um bem é utilizado para a satisfação de uma necessidade determinada”* (NETTO; BRAZ, 2009, p. 64, grifo do autor).

Assim, o processo produtivo se configura numa totalidade composta por distintos momentos, como escreveu Marx (1982 apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 65): *“O resultado a que chegamos não é que a*

produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. [...]”.

Na medida em que os valores de uso são comercializados, vendidos no mercado capitalista, eles constituem-se em mercadorias com valor de troca. A produção de mercadorias requer a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, que obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho e permite ao capitalista a extração da mais-valia (valor excedente produzido pelo trabalhador assalariado), garantindo o objetivo final da produção capitalista – a obtenção de lucros crescentes. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 79-85)

Assim configurado o modo de produção, tudo passa a ser objeto de compra e venda. A lógica mercantil é generalizada também para o conjunto das relações sociais, que passam a ser entendidas como “relações entre coisas”. A mercadoria

Reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, [...] reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (MARX 1983 apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 92).

As mercadorias adquirem assim um caráter autônomo em relação ao seu produtor, ocultando as características sociais do trabalho humano, o que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”. (MARX 1983 apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 92).

Assim como as relações entre os seres humanos são coisificadas, a relação homem-natureza também se torna pragmática, pois a natureza também é transformada em mercadoria e sujeitada às leis do mercado. Entende-se que essa relação pragmática com a natureza é acentuada e torna-se destrutiva na medida em que as necessidades humanas e a produção de valores de uso passam a ser subordinadas à produção de mercadorias, onde sobressai o valor de troca que alimenta a lucratividade e o ciclo reprodutivo do capital.

Essa reprodução e expansão da acumulação capitalista são viabilizadas por um conjunto de “artimanhas” apontadas por Zacarias (2009, p. 127-132), tais como a obsolescência planejada (Meszáros, 2006), a inovação estética (Haug, 1997), a ideologia do consumo (Marcuse, 1967) e a publicidade (Lefebvre, 1991). (ZACARIAS, 2009, p.131).

Nessa forma de organização da sociedade prevalece a ideologia do consumo que leva os indivíduos a aceitar e internalizar “as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios [...] (Mészáros, 2006 apud Zacarias, 2009, p. 129). O “ser” é identificado com o “ter” e raramente se percebe que “[...] o modo de ‘ter’ não passa de uma das orientações possíveis e não o único modo de vida aceitável [...] pois adquirir, possuir e obter lucro são direitos sagrados e inalienáveis do indivíduo na sociedade capitalista.” (ZACARIAS, 2009, p. 132). Assim, para a autora, uma crítica ao consumismo parece ocupar um lugar limitado no interior do capitalismo.

Alguns dados sobre o consumo de recursos do planeta mostram que os atuais padrões de produção e consumo e a responsabilidade pela destruição ambiental não são generalizáveis ao conjunto da humanidade. Segundo Pádua e Leroy (2003 apud Zacarias, 2009), Carley e Spapens dividem os países em três blocos conforme seu consumo de recursos naturais:

O bloco I é formado por 1/5 da humanidade (cerca de 1,2 bilhão de pessoas) e corresponde ao grupo de alto consumo. Esse grupo se confunde com os países da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e é responsável por 82,7% do PIB Mundial, 81,2 % do comércio mundial e 50% da produção de grãos. Também é responsável pelo consumo de 60% dos fertilizantes, 92% dos carros privados, 75% de energia, 80% do ferro e aço, 81% de papel, 85% dos produtos químicos e 86% do cobre e alumínio. O bloco II é formado por 3/5 da humanidade (cerca de 3,6 bilhões de pessoas), considerados de renda média. O grupo responsável por 15,9% do PIB e 17,8% do comércio mundial, produz cerca de 30% a 40% dos alimentos primários. Também é responsável por cerca de 10%-15% do consumo energético e da produção industrial do planeta. O bloco III é formado por 1/5 dos mais pobres da humanidade (cerca de 1,2 bilhão de pessoas). O bloco é responsável por 1,4 % do PIB mundial e 1% do comércio mundial. (PÁDUA; LEROY, 2003 apud ZACARIAS, 2009, p.133-134).

Fica evidente que o comércio global atende uma minoria, apesar de modificar e degradar o ambiente de toda a humanidade. Diante desse quadro Zacarias (2009, p. 135-136, grifo nosso) faz uma ressalva lembrando que é um equívoco relacionar a crise ambiental apenas com os padrões de produção e consumo. *É no conjunto de relações sociais capitalistas, baseadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital que está a gênese da crise ambiental.* O modo como são distribuídos os meios de produção e as relações sociais que se firmam entre os homens e entre eles e a natureza a partir dessa forma de organização geram diferenças quanto à apropriação dos recursos naturais.

No modo de produção capitalista a exploração da força de trabalho é aliada à exploração dos recursos naturais. A natureza é incorporada e submetida aos imperativos da reprodução capitalista na medida em que possibilita a redução dos custos da produção e a obtenção de lucros fáceis e imediatos. “Dentro do universo do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas convertem-se em desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e dos homens.” (ZACARIAS, 2009, p. 136).

Sendo assim, a dinâmica da sociedade capitalista e as relações sociais em que se pauta, estão diretamente relacionadas ao conjunto de problemas socioambientais. Esses problemas expressam o modo de apropriação e uso dos recursos ambientais, cujos impactos ambientais se agravam levando ao que é chamado de crise ambiental.

1.2. Crescimento, desenvolvimento e meio ambiente: o debate em torno do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.

O debate que se coloca em torno do dilema desenvolvimento x meio ambiente é polêmico e existe a tendência de levar ao conceito de desenvolvimento sustentável, ou então, de ecodesenvolvimento buscando-se, em última instância, garantir a manutenção do modelo de produção capitalista vigente.

O enfoque tradicional, dos modelos clássicos de desenvolvimento, está pautado na idéia de “progresso”, de inspiração positivista, cuja crença está na razão, no progresso científico e tecnológico como instrumento para o domínio da natureza colocando-a a serviço do homem. A ênfase está no crescimento econômico tendo como mola propulsora a industrialização. Está subjacente ainda a idéia de evolução, pela qual o progresso é um processo gradual e natural que

leva à elevação do patamar de desenvolvimento. O modelo da civilização ocidental industrializada é o ideal a ser atingido por ser considerado superior às demais formas de desenvolvimento. (DIEGUES, 1992).

Nesse mesmo sentido, Layrargues (1997) lembra que a premissa dos estágios evolutivos do desenvolvimento foi estrategicamente assumida, a partir das décadas de 1960 e 1970, por diferentes organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial). Houve a criação de projetos de cooperação e transferência de recursos financeiros e tecnológicos para a abertura da economia dos “países subdesenvolvidos” ao mercado internacional, além de subsídios para instalação de multinacionais nesses países. Estas, aproveitando-se do baixo custo da produção e dos recursos naturais existentes promoveram o desenvolvimento *dependente*, pois as tecnologias permanecem no Norte e *desarticulado*, sem respeito às necessidades culturais dos países, impondo-lhes a lógica do mercado.

Atualmente os enfoques sobre o desenvolvimento conforme Sunkel e Paz (1970 apud DIEGUES, 1992, p. 23) podem ser resumidos em três perspectivas: “desenvolvimento como crescimento” cuja ênfase está nos indicadores econômicos (como Produto Interno Bruto e renda *per capita*) sem considerar os indicadores sociais; o “desenvolvimento como etapas” pelo qual os “países subdesenvolvidos”, através do processo de industrialização, precisam passar por etapas para chegar ao “patamar moderno” de desenvolvimento dos países desenvolvidos, entenda-se à sociedade de consumo em massa; o “desenvolvimento como processos de mudanças estruturais” onde o desenvolvimento não é considerado um processo mecânico, mas sim, implica mudanças sociais e políticas estruturais.

Ao enfoque do “desenvolvimento como processos de mudanças estruturais” alinha-se a “teoria da dependência”, com destaque para autores latino-americanos como Florestan Fernandes e Ruy Marini que tratam do desenvolvimento dos países da América Latina a partir da dependência em relação aos países centrais⁶. Talvez essa perspectiva possa ser considerada diferenciada pela sua proposta de entender o desenvolvimento a partir de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes”. (MARINI, 2000, p. 109).

⁶ Para aprofundar a temática ver as obras: “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, de Florestan Fernandes e “Dialética da dependência”, de Ruy Marini.

Percebe-se que o enfoque do “desenvolvimento como crescimento” e do “desenvolvimento como etapas” tem suas bases na concepção tradicional de desenvolvimento como progresso e sinônimo de crescimento econômico movido pela industrialização. Entende-se que o “desenvolvimento” não se reduz ao crescimento econômico. Isso porque, o crescimento econômico nem sempre se traduz em melhoria das condições de vida da população, ao contrário, tende a aumentar a desigualdade entre as classes sociais. Nesse sentido, a contribuição de Layrargues (1997) é esclarecedora:

Um quarto de século de crescimento econômico não bastou para resolver os problemas sociais dos países ocidentais, e muito menos para eliminar a miséria do Terceiro Mundo. A dívida externa acumulada veio reforçar o caráter de dependência financeira a que o Terceiro Mundo assumiu, induzindo-se à percepção de que um crescimento quantitativo da economia não se traduz em bem-estar para a população. O crescimento, na melhor das hipóteses, é uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente ao desenvolvimento. (LAYRARGUES, 1997, p. 2)

Conforme Veiga (2008), foi a partir dos Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, publicados anualmente desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que a “medida do desenvolvimento” passou a ser o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH inclui a média das três dimensões: renda, escolaridade e longevidade e, ainda assim, é considerado uma medida sumária, sendo duvidoso que ela melhor revele o grau de desenvolvimento de uma determinada coletividade. Isso porque não incorpora indicadores relativos às dimensões ambiental, cívica e cultural (VEIGA, 2008, p. 87-88).

Em relação à preocupação com a dimensão ambiental, conforme Diegues (1992) em todos os modelos de desenvolvimento, até meados da década de 1960, a natureza era considerada imutável, fonte inesgotável de matéria-prima e o uso intensivo de recursos naturais e a degradação da natureza eram considerados normais e necessários ao “desenvolvimento”.

Naquela década, intelectuais de várias correntes teóricas e os círculos acadêmicos começaram a demonstrar uma preocupação com as

relações homem-natureza nas sociedades chamadas “modernas”. Foram criadas disciplinas como a ecologia humana e surgiram as primeiras reações contra a sociedade da abundância com os movimentos “marginais”, em maio de 1968⁷.

Os alertas sobre o esgotamento dos recursos naturais, o aumento da poluição e a degradação dos ecossistemas naturais continuaram na década de 1970, com a publicação do “Relatório sobre Os Limites do Crescimento”, pelo Clube de Roma e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Para o autor, o maior golpe à noção de progresso linear e continuado ocorreu com a crise do petróleo, em 1973, com a necessidade de racionar uma fonte de energia até então considerada inesgotável.

Enfatiza-se que até o período acima referido todo o crescimento na produção de bens materiais, o processo de urbanização e industrialização dos países, o otimismo tecnológico e “o progresso a todo custo” se tornou possível por meio da exploração predatória dos recursos naturais que sustentam a vida, sem nenhum tipo de preocupação. Quando a capacidade do meio ambiente em suportar essas agressões começou a se evidenciar na chamada crise ambiental e esta passou a ser um entrave para o crescimento econômico do modo de produção capitalista, foi o momento em que se buscou um “meio termo” entre desenvolvimento e meio ambiente.

Os debates em torno do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável surgem nesse momento de visibilidade da “crise ambiental” como uma ameaça para a continuidade da expansão do modo de produção capitalista. Ou seja, são alternativas para manter o modelo produtivo vigente sem questionar suas contradições inerentes e bases exploratórias.

O termo “ecodesenvolvimento” foi usado inicialmente por Maurice Strong, primeiro diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em junho de 1973, em Genebra. Na década de 1980 o economista Ignacy Sachs⁸ desenvolveu conceitualmente o

⁷ Carlos Frederico Loureiro situa o início do movimento ambientalista internacional na década de 1960, como decorrente “[...] dos primeiros movimentos pacifistas, antinucleares, *hippie* e de contracultura como resposta ao *establishment* político norte-americano, autoritário e belicista, e a um estilo de vida pautado no consumo de supérfluos”. (LOUREIRO, 2003, p.25).

⁸ Ignacy Sachs nasceu na Polônia e se naturalizou francês. Viveu durante quatorze anos no Brasil e se formou na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, hoje Universidade Cândido Mendes. Fez doutorado em economia pela Universidade de Delhi, na Índia, onde acumulou uma bagagem de conhecimento direto da realidade do Hemisfério Sul.

termo em sua obra “Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir”, publicada em 1986. Para Sachs, o ecodesenvolvimento está pautado em três pilares:

A equidade, que apela aos objetivos sociais do desenvolvimento, em conformidade com o imperativo ético de solidariedade [...]; a *prudência ecológica*, que se refere a um postulado ético de solidariedade para aqueles que ainda estão por vir, sem descuidar da melhoria da qualidade de vida no presente; a *eficácia econômica*, que nos incita a fazer o bom uso da mão-de-obra e dos recursos naturais de um ponto de vista ‘macrossocial’, isto é, levando em consideração os custos sociais e ecológicos até então externalizados. (SACHS; VIEIRA, 2007, p. 208-209, grifo do autor).

Já o termo “desenvolvimento sustentável” foi difundido a partir do Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Brundtland⁹, elaborado entre 1983 e 1987. O desenvolvimento sustentável é definido no Relatório como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Essa noção foi amplamente difundida e legitimada após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou conhecida com “Rio-92”.

Concorda-se com Layrargues (1997) que os dois conceitos possuem diferenças substanciais, pois seguem perspectivas teóricas diferenciadas.

O ecodesenvolvimento foi definido por Ignacy Sachs (1986 apud LAYRARGUES, 1997, p. 3) como:

[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também

Foi o fundador do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Meio Ambiente (CIRED) e do Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo (CRBC).

⁹ Trata-se da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembléia Geral da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland. (LAYRARGUES, 1997, p. 4).

aquelas a longo prazo [...].

Para o autor, uma das estratégias para o ecodesenvolvimento é “impor-nos voluntariamente um *teto de consumo material*, ou ficaremos presos na corrida acelerada da aquisição de um número cada vez maior de bens”. (SACHS, 1986 apud LAYRARGUES, 1997, p. 4, grifo do autor). Esse teto de consumo material significaria um nivelamento médio entre o Norte e o Sul, ou seja, enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentaria, os países desenvolvidos estariam reduzindo seu atual padrão até se atingir o “equilíbrio-suporte da biosfera”.

Pautando-se nos estudos desenvolvidos por Ignacy Sachs, Vieira (2007) esclarece que

[...] as políticas para o ecodesenvolvimento são caracterizadas pela tentativa de restabelecer a harmonia entre desenvolvimento e meio ambiente, onde o Estado se torna responsável pela implantação de um conjunto coerente de *medidas capazes de orientar e articular as iniciativas que emergem em nível local* e que sustentam um padrão aceitável de endogeneidade do processo modernizador (VIEIRA, 2007 in SACHS; VIEIRA, 2007, p.14, grifo nosso).

No modelo conceitual para o ecodesenvolvimento, Vieira (2007, p.14-15) identifica as principais “variáveis de compatibilização” situadas em dois eixos: no eixo da demanda social e no eixo da oferta de bens e serviços. No *eixo da demanda social* se inserem as finalidades básicas da produção de bens e serviços, ou seja, qual estilo de vida irá orientar a produção. Enquanto no *eixo da oferta* caberia incluir a gestão tecnológica, a organização territorial das atividades produtivas e a gestão de recursos naturais com a preocupação pelo atendimento das necessidades fundamentais das gerações atuais e futuras, no sentido de conter as práticas predatórias e eliminar sistematicamente o desperdício.

O autor ressalta ainda que o êxito na concepção e implementação de estratégias alternativas dependeria da nossa capacidade de promover e experimentar novos sistemas de planejamento e gestão integrada e participativa, sendo essencial

[...] o envolvimento sinérgico da sociedade civil

organizada [para] identificação de potencialidades econômicas subaproveitadas ou mesmo desconhecidas em cada contexto socioecológico e também no monitoramento contínuo de intervenções corretivas [evidenciando a necessidade] de *educação para o ecodesenvolvimento*. (VIEIRA, 2007 in SACHS; VIEIRA, 2007, p. 15-16, grifo do autor).

Sustentando sua noção de ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs faz a crítica à noção de desenvolvimento sustentável e aos conceitos subjacentes. Ele chama a atenção para alguns procedimentos atuais como os estudos de impactos ambientais, que em última instância, não garantem uma proteção eficaz. Cita a emergência da “economia ecológica”, para incluir nos cálculos econômicos tradicionais as “externalidades ambientais”. Na tentativa de internalizar os custos ambientais, surge a fórmula do “poluidor-pagador”, questionável na medida em que existe a dificuldade de avaliar os custos da poluição e, ainda mais, quando a despoluição pode ser apenas um deslocamento da poluição abrindo a possibilidade do poluidor repassar os custos da poluição para o consumidor ou ainda levando-a a outros países. Também alerta sobre a crença no uso ilimitado de tecnologias, inclusive as chamadas “tecnologias brandas” (SACHS; VIEIRA, 2007, p. 214-216).

Para demonstrar a ambigüidade do conceito de desenvolvimento sustentável, Sachs cita Rajni Kothari (1990),

Na falta de um imperativo ético, o ambientalismo ficou reduzido a uma receita tecnológica e, como sempre ocorre nesse caso, as soluções ficam nas mãos de empresários tecnocratas. Impulsionado por uma tecnologia intensiva e mantido por uma exploração excessiva da natureza, o crescimento econômico era, outrora, considerado uma das principais causas da deterioração do meio ambiente; subitamente, a ele se atribuiu um papel determinante para resolver a crise ambiental. Um papel ainda mais importante é atribuído à economia de mercado para organizar a natureza e a sociedade. *O rótulo ‘meio ambiente’ e o slogan ‘sustentabilidade’ tornaram-se dispositivos falaciosos, utilizados como cobertura para se continuar a fazer negócios como se nada tivesse*

acontecido. (KOTHARI apud SACHS; VIEIRA, 2007, p. 220, grifo nosso).

Para a Comissão Brundtland, o desenvolvimento sustentável revela uma preocupação com o meio ambiente que se traduz em *cooperação* entre países para atingir *objetivos comuns e interligados*. A premissa defendida é de que “independente da existência de atores sociais implicados na responsabilidade da degradação ambiental, a busca de soluções seria uma tarefa comum a toda a humanidade”. (LAYRARGUES, 1997, p.4, grifo do autor). Com isso procura-se omitir a contribuição dos países do Norte para o agravamento da crise ambiental, reforçando a pobreza como causa e efeito dos problemas ambientais no mundo.

Longe de considerar um *teto de consumo material*, de acordo com a prudência ecológica e a coerência com as gerações futuras (SACHS, 1986 apud LAYRARGUES, 1997), o discurso do desenvolvimento sustentável prefere considerar um *piso de consumo material*, ou seja, um padrão de consumo – diga-se o padrão norte-americano – que todos poderiam atingir sem comprometer a sustentabilidade ambiental. Porém, a impossibilidade de generalizar o padrão de consumo do Primeiro Mundo é evidente, pois, para isso acontecer, “os Estados Unidos teriam que viver com apenas 1/5 do que consomem *per capita* anualmente”. (LAYRARGUES, 1997, p. 6).

Existe a ênfase no uso de novas tecnologias para ampliar os rendimentos energéticos e torná-los mais eficazes para o crescimento econômico. Por mais que as tecnologias sejam adequadas ao meio ambiente, permanece a dúvida se haverá mudanças sociais e culturais, uma vez que, a sociedade capitalista é movida pelo consumo exacerbado que leva ao desperdício. No próprio Relatório Nosso Futuro Comum se afirma que a pesquisa tecnológica dedica-se a criar inovações que tenham valor de mercado, não havendo o compromisso com a produção de bens que satisfaçam as necessidades das sociedades pobres. (LAYRARGUES, 1997, p.7)

Ao tratar desse mesmo aspecto, Gilberto Dupas no texto “O impasse ambiental e a lógica do capital” afirma que a lógica capitalista transformou a pesquisa tecnológica que sustenta o “progresso” em um mecanismo de criação de *objetos e serviços de desejo*, aos quais se confere um valor imensurável, quase mítico, uma vez que a inovação torna obsoletos os produtos existentes fazendo com que estes sejam descartados o mais rapidamente possível. Esse sucateamento contínuo

de produtos gera um imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo da degradação contínua do meio ambiente e da escassez de energia. (DUPAS, 2008, p. 72-73, grifo do autor).

A racionalidade capitalista, agressivamente competitiva e pragmática, já almeja oportunidades de negócios na medida em que se antecipam crises ambientais, passíveis de financiamentos e investimentos. No setor financeiro, o diretor de um grande banco norte-americano vê três tipos de implicações diante das mudanças climáticas:

Quanto às *físicas*, o regime pluviométrico pode ter efeitos variados, ou seja, menos chuvas na Espanha— por exemplo - podem significar maior preço de grãos, beneficiando o agricultor norte-americano e os produtores de equipamentos agrícolas; e a maior intensidade de furacões no sul dos Estados Unidos abre espaço para pequenas empresas de seguros substituírem as maiores; Nas *regulatórias*, surge o uso mais intenso do gás natural, energia nuclear, eólica e solar, com elevação dos preços e beneficiando construtores e produtores de equipamentos de geração [...] Quanto às *comportamentais*, intensas oportunidades [...] de fazer *lobbies* com governos e legislativos e, certamente, processar alterações de imagem das grandes corporações, todas sedentas por transformar-se em “protetoras do meio ambiente”. (DUPAS, 2008, p. 82-83, grifo do autor).

Fica evidente nesse texto o quanto o meio ambiente se tornou mais uma mercadoria no mercado capitalista e, se existe algum tipo de preocupação com o ecodesenvolvimento ou com o desenvolvimento sustentável, certamente esta não considera as necessidades de sobrevivência das populações pobres atingidas pelas chamadas “catástrofes naturais”. Longe de serem “catástrofes naturais”, existem inúmeras evidências de que “o grave e progressivo aumento da degradação ambiental origina-se em grande parte do modelo global de produção e sua lógica”. (DUPAS, 2008, p. 53).

Para Layrargues “o desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças”. (LAYRARGUES, 1997, p.7). Além de não alterar o mecanismo da

lógica do mercado, ao assumir essa nova roupagem – do compromisso com a sustentabilidade – essa lógica saiu fortalecida.

Concorda-se com Andrade (1997, p. 191) que “o capitalismo tornou-se ecológico para que possa melhor ser predador.” E, nessa mesma direção, com a afirmação de Layrargues (1997, p. 7) que “o problema é acreditar que a proposta de desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica”.

As duas perspectivas não são antagônicas e, por vezes, são equivocadamente assumidas como sinônimos. Ambas possuem diferenças substanciais que não podem ser descartadas.

Enquanto o ecodesenvolvimento postula a justiça social buscando o nivelamento médio no padrão de consumo dos países ricos e pobres, o desenvolvimento sustentável procura omitir a poluição da riqueza através do discurso da erradicação da pobreza, ou seja, teoricamente os países ricos não estariam contribuindo para o agravamento da crise ambiental. O ecodesenvolvimento alerta para os perigos da crença no uso ilimitado de tecnologias, incentiva o uso de técnicas e soluções originais e aposta na capacidade das sociedades, através da participação dos cidadãos no planejamento de estratégias de desenvolvimento frente aos problemas locais. Enquanto isso, o desenvolvimento sustentável acredita firmemente nas tecnologias modernas para ampliar o rendimento energético, tornando-o mais eficiente e econômico, e por isso, propõe a transferência de tecnologias para os países pobres como um critério de “ajuda”. E finalmente, enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, pois, o crescimento econômico e modernização tecnológica podem levar ao “maldesenvolvimento”, para a perspectiva do desenvolvimento sustentável a solução da crise ambiental está na livre expansão do mercado. Nesse sentido, o crescimento econômico poderia continuar no mesmo ritmo e se estender a todos os povos, sem prejuízo da sustentabilidade ambiental, com a criação de inovações tecnológicas. Porém, sabe-se que essas inovações são válidas na medida em que tem um valor no mercado, o que significa não haver o comprometimento em relação à satisfação das necessidades das sociedades pobres. (LAYRARGUES, 1997, p. 6).

Diante das exposições feitas tem-se que, apesar das diferenças entre si, tanto o conceito de desenvolvimento sustentável como de ecodesenvolvimento não são alternativas que buscam superar o modelo de produção e consumo capitalista e não implicam mudanças profundas

nesse modelo. Apesar de serem veiculados pelos meios de comunicação de tal forma a obter o convencimento da opinião pública de que existe uma “responsabilidade sócio-ambiental”, ao contrário, as medidas que vem sendo adotadas, tanto pelo poder público como pelos setores privados da economia, remetem à manutenção do atual modelo produtivo pela criação de mecanismos dissimuladores das formas de apropriação destrutiva dos recursos naturais.

1.3. Aspectos históricos, legais e políticos do processo de construção do direito ao meio ambiente (ou da Política Ambiental) no Brasil.

Já vimos que a temática ambiental vem suscitando debates em âmbito mundial, sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, quando passaram a se intensificar os problemas relativos à apropriação destrutiva do meio ambiente. Desde então, e mais intensamente a partir da década de 1990, em vários países estão sendo discutidos e formulados inúmeros acordos que servem (ou deveriam servir) de base para as ações desenvolvidas na área ambiental.

Em geral as referências ao tema têm reconhecido como marco histórico a realização, em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo. Neste mesmo ano, o Clube de Roma publicou o relatório “Os limites do crescimento”. Seguiram-se a realização, em 1975, do Encontro Internacional de Educação Ambiental, do qual resultou a Carta de Belgrado, além ainda da Conferência de Tbilisi, em 1977. Na década de 1980, teve destaque a divulgação do relatório “Nosso futuro comum” da comissão de Brundtland. Enquanto os anos 1990 foram marcados pela realização, no Brasil, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio-92”, com a proposição da Agenda 21. Isto somente para citar alguns dos acontecimentos, mas os eventos, acordos, tratados, leis, normas, decretos continuam sendo realizados e formulados.

Com relação ao Brasil, é possível afirmar que o país teve uma inserção tardia no debate ambiental mundial e em condições muito peculiares. Até o final da década de 1970 o Brasil se mostrou contrário ao efetivo reconhecimento e enfrentamento dos problemas ambientais. Conforme Vieira e Ribeiro (2002), a atuação no campo da gestão ambiental “tem se revelado ambígua e setorializada”, de acordo com as opções de desenvolvimento socioeconômico e política assumidas no

país. Os autores dividem em quatro fases a construção das ações na área ambiental.

Na *primeira fase* os autores situam as intervenções, de caráter regulamentar, promovidas a partir do governo de Juscelino Kubitschek e da implementação do seu Plano de Metas (pautado no *slogan* “50 anos em 5”) e das demandas emergentes da industrialização. Permaneceu um tipo de “representação rudimentar do meio ambiente” (VIEIRA; RIBEIRO, 2002, p. 8) visto enquanto fonte inesgotável de recursos a serem utilizados para acelerar o crescimento econômico.

Como destaca Sánches (2000), algumas ações isoladas, sem a coordenação de um órgão gestor, voltadas para a proteção, conservação e uso dos recursos naturais podem ser remetidas à década de 1930, no governo de Getúlio Vargas.

Naquele período foram criados Códigos, a exemplo do Código de Águas (Decreto n. 24.64310 de julho de 1934) e do Código Florestal (Decreto n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934), que não viessem a interferir na política de substituição do modelo agrário-exportador pelo urbano-industrial. Nessa transição

[...] a presença ativa do Estado como planejador, produtor de insumos e fornecedor de infraestrutura básica [...] dava ‘boas vindas’ às indústrias poluidoras, como forma de atrair grandes investimentos do capital internacional. (SÁNCHEZ, 2000, p.68).

A autora lembra que, também na década de 1950 e ao longo dos anos 1960, o modelo de desenvolvimento brasileiro incentivou a industrialização, visando à substituição de importações. As indústrias aqui instaladas, sobretudo, no setor siderúrgico, metalúrgico, empresas de geração de energia elétrica, estavam baseadas na exploração dos recursos naturais considerados inesgotáveis.

Para o Brasil interessava o crescimento econômico do país, mesmo sendo em detrimento da conservação do meio ambiente, conforme este posicionamento observado por Ferreira (1998):

[...] a ausência de leis, normas ou regras de organização do espaço de constituição da política ambiental brasileira, aliada à desvalorização da mão-de-obra nacional no mercado de trabalho mundial, constituíam-se trunfos com os quais o

Brasil posiciona-se na geopolítica internacional. [...] Institucionalizar ou dar respostas oficiais [...] pela melhoria da qualidade ambiental significava [...] abdicar do poder de barganha na ordem econômica internacional. (FERREIRA, 1998, p. 84).

Diante das expectativas para a realização da Conferência de Estocolmo e das pressões internacionais para a observância de critérios ambientais, o governo brasileiro, no contexto da Ditadura Militar, criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1972.

Segundo Vieira e Ribeiro (2002) com a criação da SEMA se inicia uma lenta mudança no posicionamento do governo brasileiro em relação ao meio ambiente. Mas, a SEMA, apesar de ter sido criada com a prerrogativa de coordenar as ações governamentais ligadas à conservação e ao uso racional dos recursos naturais, “[...] não dispunha ainda de autoridade efetiva no processo de planejamento e gestão ambiental [...]” nem “[...] recursos materiais e financeiros, considerados indispensáveis ao desempenho efetivo de suas atribuições.” (VIEIRA; RIBEIRO, 2002, p.8). A Secretaria estava subordinada ao Ministério do Exterior, responsável, na época, pela implementação das estratégias de crescimento.

Esse momento marca a transição para a *segunda fase* das ações ambientais onde manteve-se o caráter *preservacionista* quanto aos problemas ambientais. A argumentação do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo “indicava a proteção ambiental como um obstáculo a ser superado no processo de elevação progressiva dos níveis de crescimento socioeconômico dos países do Hemisfério Sul.” (VIEIRA; RIBEIRO, 2002, p. 8)

Segundo Vieira e Ribeiro (2002, p. 8-9) essa fase corresponde ao agravamento progressivo de problemas ambientais urbanos, como a poluição e falta de saneamento básico. A prioridade foi o controle da poluição industrial, incluída no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), sendo que a dinâmica predatória dos setores agrícolas em áreas rurais não foi contemplada.

Sánchez (2000) ressalta que somente quando a posição brasileira se tornou alvo das pressões e críticas internacionais e apresentou-se como desvantagem para o reconhecimento da economia em escala mundial, bem como, limite para concessão de empréstimos junto aos organismos financeiros internacionais, o Brasil passou a se organizar em termos de Política Ambiental, ainda que com muitas limitações.

A *terceira fase* dessa construção é situada a partir da promulgação, em 1981, da Lei da Política Ambiental (PNMA), Lei n. 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto n. 88.351/1983, com alterações posteriores dadas pela Lei n. 7.084, de 18 de julho de 1989 e pela Lei n. 8.808, de 12 de abril de 1990.

A Política Ambiental de 1981, no artigo 3º, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para as ações no que se relaciona à preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico. Tem por objetivo preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

Para alguns autores, como Vieira e Ribeiro (2002, p. 8), a partir da PNMA foi institucionalizado “um conceito mais elaborado de meio ambiente, que integra a dimensão de *suporte da vida*”. Porém, esse conceito ainda restringe o meio ambiente aos elementos naturais e biológicos, sem mencionar a dimensão cultural ou construída presente em cada espaço natural.

Entende-se que uma “visão ampliada” do meio ambiente é encontrada em Urban (2002), onde a autora destaca que se trata de

[...] tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação, incluindo solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e outros organismos [o meio ambiente] não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem [...]. (URBAN, 2002, p.57).

A Lei n. 6.938/1981 instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão colegiado central e vinculando-o diretamente à Presidência da República com funções deliberativas e consultivas em matéria de política ambiental. Em 1985 houve a incorporação da SEMA ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, que passou a assumir as funções do Ministério do Interior. Em 1987, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente foi

transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, o qual foi extinto logo após, e a SEMA retornando ao Ministério do Interior. (VIEIRA; RIBEIRO, 2002, p. 9)

No contexto da década de 1980 o movimento ambientalista brasileiro contribuiu para o processo de inserção da legislação ambiental na pauta política alterando alguns posicionamentos. Frente à amplitude das formas destrutivas de apropriação do ambiente (queimadas, desmatamento, poluição, etc.) foram realizadas importantes mobilizações sociais com destaque para as manifestações dos seringueiros na Amazônia e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁰.

O direito a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” foi expresso efetivamente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no artigo 225 que estabelece:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Conforme Sánches (2000), a partir da CF/1988 o meio ambiente essencialmente provedor de recursos passou a ser visto como o meio de vida não só das gerações presentes, mas também das gerações futuras. A responsabilização por crimes ambientais cometidos passou a contar com a atuação do Ministério Público e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão do SISNAMA com caráter executivo e fiscalizador, criado pela Lei n. 7.735/1989.

Com a CF/1988, ao serem instituídos os princípios de gestão descentralizada e participativa, abrem-se novos espaços para a discussão da temática ambiental. As esferas estadual e municipal passam a ter

¹⁰ Um exemplo bastante contundente da prevalência da “promessa de tornar o Brasil uma grande potência”, mas também de “uma das maiores manifestações ambientalistas já registradas no país” foi durante a construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Após o fechamento das comportas, em 1982, seu reservatório fez desaparecer o Parque Nacional de Sete Quedas, criado em 1961. Como forma de lamento (uma vez que mais nada se podia fazer) o MAB organizou o movimento “Adeus Sete Quedas”, realizado em julho de 1982, reunindo milhares de pessoas de todo o país e proporcionando a certeza de que “a opinião pública está atenta à questão ecológica”. (URBAN, 2001, p.97-98).

competências antes centralizadas na esfera federal. Cada município passou a ter autonomia financeira e político-administrativa para elaborar suas normatizações específicas, cujos objetivos, princípios e diretrizes irão subsidiar as ações e serviços de interesse local. Uma conquista importante foi a regulamentação dos artigos 182 e 183, pelo Estatuto da Cidade¹¹. Entre os desafios municipais está a criação de instâncias participativas como os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, os Fóruns e Conferências ou, onde estes já existem concretizar seu caráter deliberativo e representativo¹².

A realização “Rio-92” iniciou a *quarta fase* da política ambiental brasileira e representou um processo de sensibilização da opinião pública em relação aos “problemas ambientais globais” levando à promulgação de várias leis ambientais¹³ e da Agenda 21 Brasileira (VIEIRA; RIBEIRO, 2002, p. 10).

Desta Conferência resultou a elaboração da “Agenda 21 global”, definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

¹¹ Os artigos 182 e 183 da CF/1988 estabelecem os parâmetros da política de desenvolvimento e de expansão urbana. A Lei n. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamentou esses artigos estabelecendo as diretrizes para a política urbana. Destacam-se aqui aquelas mais diretamente vinculadas ao meio ambiente: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] IV – planejamento do desenvolvimento das cidades [...] de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V- oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; [...];VI ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:[...] a poluição e a degradação ambiental; XII proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.(BRASIL, 2001).

¹² Essas instâncias estão previstas na CF/1988 também para outras áreas como a saúde e habitação. A experiência que tive ao fazer a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, em 2007, evidenciou alguns desses desafios na área ambiental: implementar o caráter deliberativo e a composição paritária, ampliar o debate acerca da destinação dos recursos financeiros, superar a morosidade nas decisões e falta de vontade política dos gestores, além de investir na qualificação técnica e profissional.

¹³ Como exemplos têm-se a Lei dos Recursos Hídricos (Lei n. 9433/1997), a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9605/1998), a Lei da Educação Ambiental (Lei n. 9795/1999) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9985/2000).

O capítulo 28 da Agenda 21 global estabelece que "cada autoridade em cada país implemente uma Agenda 21 local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infraestrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais". (AGENDA 21, 1992).

A construção da Agenda 21 Brasileira ocorreu entre 1996 e 2002, sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional e começou a ser implementada em 2003. Trata-se de um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

De acordo com Vieira e Ribeiro (2002, p. 13) as condições de implementação plena do conjunto da legislação ambiental e da Agenda 21 ainda estão longe de ser reunidas. Existem obstáculos tais como a dissociação entre os objetivos expressos nos textos e discursos e as opções reais de desenvolvimento sócio-econômico que vêm sendo assumidas no processo de globalização; carências institucionais na operacionalização das diretrizes de gestão integrada e descentralizada; déficit de legitimidade do sistema de gestão instituído, entre outros.

Em síntese, a constituição da Política Ambiental no Brasil está em construção e não é um processo tranqüilo devido a interesses divergentes e às diversas formas culturais, cujas compreensões de meio ambiente e as relações com ele estabelecidas são também diferenciadas. Também fica evidente que o encaminhamento de propostas e realização de ações efetivas na área ambiental, tanto por parte dos órgãos públicos como da sociedade em geral, está circunscrita aos debates econômicos e políticos internos e externos ao país.

Outro aspecto são os limites ainda existentes em termos de compreensão teórica, pois, apesar de alguns avanços na legislação ambiental ainda prevalece o discurso naturalista e preservacionista, tal como foi estabelecido na PNMA em 1981 e incorporado na CF 1988, onde o meio ambiente é tido como conjunto de condições de "ordem física, química e biológica" (BRASIL, 1981) e que precisa ser preservado para a geração presente e futura. (BRASIL, 1988).

2. A ANÁLISE MARXISTA DA TEMÁTICA AMBIENTAL

2.1. A Ecologia de Marx: uma releitura a partir de John Bellamy Foster

Para localizar a discussão da temática ambiental em Marx tem-se um referencial importante na obra “*Marx’s Ecology: Materialism and Nature*” (2000), de John Bellamy Foster¹⁴, traduzida para o português, em 2005, sob o título “A ecologia de Marx, materialismo e natureza”.

Na obra de Foster, que subsidiou boa parte das reflexões desse estudo, ele defende ter existido em Marx uma preocupação ecológica e procura reconstruir seu “pensamento ecológico” chegando a afirmar que Marx desenvolveu “uma crítica da degradação ambientalista que antecipava boa parte do pensamento ecológico de hoje”¹⁵. (FOSTER, 2005, p. 202).

Na Introdução do livro, Foster aponta as principais críticas dirigidas a Marx no que se refere ao seu “pensamento ecológico”. Destaca-se que ele não teria conseguido lidar com a exploração da natureza deixando de incorporá-la na sua teoria do valor; que teria adotado uma visão “prometéica”, pela qual a tecnologia capitalista e o desenvolvimento econômico haviam resolvido todos os problemas ecológicos; que teria sido “especiesista”¹⁶, dissociando radicalmente os

¹⁴ John Bellamy Foster é jornalista norte-americano, editor da revista *Monthly Review* e professor de sociologia na Universidade de Oregon, nos Estados Unidos, autor de vários livros sobre temas de economia política e ecologia.

¹⁵ No Prefácio de sua obra Foster reconhece que hesitava se dedicar ao estudo das contribuições ecológicas presentes nas obras de Marx devido ao seu legado teórico, a partir da Lukács e Gramsci transmitido à Escola de Frankfurt, que negava a possibilidade de aplicar à natureza os modos dialéticos de pensamento. Além disso, afirma que desconhecia a verdadeira história do materialismo. Assim, percebe-se que a obra foi organizada de modo a reconstruir a história do materialismo, situando as discussões em Darwin, Hegel, Feuerbach e Marx (cujo materialismo foi inspirado em grande parte pelo filósofo Epicuro, da Grécia Antiga, que foi tema da sua tese de doutoramento finalizada em 1841).

¹⁶ A terminologia conforme aparece na obra de Foster (2005) refere-se à tradução do termo inglês *speciesist*. De acordo com a língua portuguesa escreve-se “especista” e se refere a quem pratica o “especismo”. O “especismo” é a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. A consequência é a consideração dos animais não-humanos como meras propriedades do homem, que pode dispor deles a seu desejo, desde mantendo-os fechados em uma jaula até torturando-os para satisfazer a curiosidade, ou privando-os de sua vida para satisfazer o paladar, para vestir-se com sua

seres humanos dos animais e tomando por partido os homens em detrimento dos animais. (FOSTER, 2005, p. 24).

O autor esclarece ainda que são críticas dirigidas ao materialismo prático de Marx afirmando o papel transformador do homem (práxis) na reprodução das formas sociais. Uma relação do homem com a natureza estabelecida pela ação que o teria levado a enfatizar a dominação da natureza pelo homem, em vez de afirmar valores ecológicos. Porém, essas críticas não reconhecem as complexas interações entre seres humanos e o seu meio ambiente (chamadas por Marx de relações metabólicas ou metabolismo) reduzindo a questão ecológica a uma questão de valores. Lembra ainda que várias das acusações feitas a Marx ele mesmo já havia criticado anteriormente nas obras de outros autores¹⁷. (FOSTER, 2005, p. 25).

Pela concepção materialista da história Marx e Engels postularam que a natureza, o mundo material, *é uma pré-condição da existência humana, e a produção dos meios de subsistência uma pré-condição da vida humana em todas as suas determinações*. A crítica que dirigem ao materialismo “contemplativo” de Feuerbach é que, apesar de reconhecer a desarmonia existente entre a humanidade e a natureza e daí a alienação da natureza, “ele não vê o mundo sensorial à sua volta [como] um produto histórico, o resultado de toda uma sucessão de gerações”. (FOSTER, 2005, p. 166, grifo nosso).

Para Foster, não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Ao contrário, segundo Foster, sua ênfase residia na *qualidade da interação entre a humanidade e a natureza estabelecida através da produção*, no que ele chamou de “metabolismo” (FOSTER, 2005, p. 164, grifo nosso).

Na realidade é a organização concreta do trabalho humano e o seu desenvolvimento dentro de formações sociais historicamente específicas que determinam como se expressa o metabolismo entre homem e natureza. O homem através do trabalho busca a satisfação de suas necessidades, atua sobre a natureza e a modifica e, ao mesmo tempo, se modifica enquanto ser.

Considerando essa atividade prática humana é que Marx se

peles ou por diversão.

¹⁷ Foster se refere à obra “A miséria da filosofia”, de 1847, onde Marx faz a crítica ao “prometeísmo mecanicista” da obra “Sistema das contradições econômicas”, de Proudhon, mais conhecida como A filosofia da miséria (1846). Cita também a crítica feita ao socialista alemão Ferdinand Lassalle por ter adotado a visão “sobrenatural” de que o trabalho era a única fonte de riqueza, e assim ignorado a contribuição da natureza.

remete a alienação da natureza intrínseca à alienação do trabalho na produção capitalista. Uma vez que, alienado da própria atividade do trabalho o homem também não reconhece seu papel ativo na transformação da natureza. Ambas as categorias – metabolismo e alienação da natureza – são consideradas fundamentais na análise de Foster sobre o pensamento ecológico de Marx.

O conceito de metabolismo¹⁸, em alemão *Stoffwechsel*, esteve presente nas obras da juventude de Marx e adquiriu centralidade nas obras posteriores, variando seu uso conforme o contexto. No sentido “ecológico específico”, assim denominado por Foster, era usado para se referir à interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano. E em sentido “social mais amplo” para “descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo” (FOSTER, 2005, p. 222).

Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, Marx tentou esclarecer a complexa interdependência entre os seres humanos e a natureza explicando que a natureza é o “corpo inorgânico” do homem, na medida em que ao atender suas necessidades o homem estende a natureza para seu próprio corpo e órgãos. “A natureza assim assume significado prático para a humanidade como resultado da atividade de vida, a produção do meio de vida” (FOSTER, 2005, p. 107-108).

Posteriormente, nos *Grundrisse* (1857-1858) aprofundou essa análise retratando que as “trocas materiais”, dinâmicas, entre os seres humanos e a natureza são decorrentes do trabalho humano e abrangem tanto as condições impostas pela natureza como a capacidade do ser humano afetar esse processo. Sinalizou o fato de que a atividade do trabalho não era jamais independente do potencial de criação de riqueza da própria natureza: “o mundo dos valores de uso, consiste exclusivamente em materiais naturais modificados pelo trabalho”. (FOSTER, 2005, p. 223).

Conforme Foster, em “A Questão Judaica”, de 1843, Marx já havia apontado que a alteração da relação com a terra a partir do surgimento da propriedade privada e do dinheiro demonstrava uma

¹⁸ O surgimento do termo “metabolismo” remonta a 1815 e foi usado inicialmente por fisiologistas nas décadas de 1830 e 1840 para se referir primariamente a trocas materiais dentro do organismo, a exemplo de Theodor Schwann, que em 1839 introduziu a noção de metabolismo celular. A partir de em 1840, com Justus von Liebig no desenvolvimento da bioquímica, recebeu uma aplicação mais ampla ao ser usado para captar também a interação dos organismos com o seu meio ambiente. (FOSTER, 2005, p. 224-226).

visão de “dominação da Terra (e da humanidade)” cuja característica “é um verdadeiro desprezo pela degradação prática da natureza.” Na sociedade burguesa todas as criaturas são transformadas em propriedade e passíveis de ser comercializados no mercado, sendo que o dinheiro as destitui de seu valor específico. (FOSTER, 2005, p. 109).

Nas análises de Marx sobre o processo de trabalho na sociedade capitalista, no primeiro volume do *Capital*, ele afirmou:

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo [...] a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera sua própria natureza... (MARX apud FOSTER, 2005, p.221).

O conceito de metabolismo tal como presente em Marx ao escrever *O Capital* teve influências do químico alemão Justus von Liebig que publicou, em 1840, uma obra encomendada pela “Associação Britânica para o Avanço da Ciência” sobre a química aplicada à agricultura. Na obra fornecia as primeiras explicações acerca do papel dos nutrientes do solo para o crescimento das plantas.

Na Inglaterra, entre 1820-1830, vivia-se um contexto de crise na agricultura, com a perda da fertilidade natural do solo. Por outro lado, havia a necessidade de continuar sustentando o desenvolvimento da agricultura capitalista através do uso de nutrientes que compensassem essa perda. Diante das contribuições de Liebig, a fabricação e aplicação de fertilizantes agrícolas foram consideradas a solução do problema de rendimento das lavouras. Mas por outro lado, impulsionou ainda mais a sensação de crise na medida em que os novos métodos serviram para “racionalizar um processo de destruição ecológica”. (FOSTER, 2005, p.212-214).

Vivenciando as contradições daquele tempo, Marx ao escrever “*O Capital*”, demonstrou como a agricultura capitalista empobrece o solo e

o trabalhador. No terceiro volume do *Capital*, ao escrever sobre “A gênese da renda fundiária capitalista”, ele afirmou haver uma “falha irreparável no metabolismo social” que além de perturbar a interação homem-natureza também destrói a “forma adequada ao pleno desenvolvimento da raça humana”:

A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronto com uma sempre crescente população industrial amontoada nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social [...] isso resulta num esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país. A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho [...] ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo. (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

Para Foster o argumento central de Marx naquele contexto era que, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura, o capital não mantinha as condições necessárias à reciclagem dos elementos constitutivos do solo. No primeiro volume do *Capital*, na discussão sobre “A Indústria e a Agricultura em Larga Escala” afirma:

[a produção capitalista] perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes [...]; portanto, ela prejudica operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo. Mas, ao destruir as circunstâncias em torno desse metabolismo ela impede a sua restauração sistemática [...] (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

A “falha nas relações metabólicas” do homem com a terra, expressa inicialmente na perda da fertilidade do solo, também representou para Marx “a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições que formaram a base da sua existência”. (MARX apud FOSTER, 2005, p.229).

Foi nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, que Marx ao tratar da alienação do trabalhador (em relação ao objeto de seu trabalho, ao processo de trabalho, ao “ser-espécie humano” e de uns com os outros), mostrou que esta alienação é inseparável da alienação que se processa em relação à natureza. Ocorre que se aliena “o homem do seu próprio corpo, da natureza tal qual ela existe fora dele, da sua essência espiritual, da sua essência humana” (MARX, 1844 apud FOSTER, 2005, p. 108) e a “universalidade do homem” se perde em meio às leis da oferta e da procura que orientam o capital.

A universalidade do homem manifesta-se na prática nessa universalidade que torna a natureza o seu corpo inorgânico, (1) como meio direto de vida e (2) como matéria, objeto e instrumento da sua atividade. [...] Dizer que a vida física e mental do homem está vinculada à natureza significa simplesmente que a natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 1844 apud FOSTER, 2005, p. 107).

Ao alienar o homem da natureza e do trabalho leva-se à perfeição a possibilidade de dominar a terra e a Terra em si (a humanidade), uma dominação que, afirmou Marx, tem sua raiz na propriedade fundiária feudal onde o senhor, ao ser o proprietário da terra, apropria-se e domina também os servos. A alienação da Terra é um elemento essencial à propriedade privada que a sociedade burguesa leva à perfeição, transformando todas as criaturas em mercadoria e destituindo-as do seu valor específico. (FOSTER, 2005, p. 108-109)

Nesse sentido, Foster ressalta a passagem de Marx nos *Grundrisse*:

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação,

ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que é integralmente postulada apenas na relação do trabalho assalariado com o capital. (MARX apud FOSTER, 2005, p. 223).

Essa separação Marx também já havia observado no artigo “Debates sobre a Lei dos Roubos de Madeira”, publicado em 1843, após ter assumido o cargo de editor de um dos principais jornais da Renânia, *Rheinische Zeitung*. Na discussão sobre o “roubo da madeira” na Renânia estava em jogo, de fato, o fim do direito dos camponeses às terras comuns, suprimidas pela crescente industrialização e pelo sistema de propriedade privada. Os grandes proprietários de terras transformaram a coleta de madeira seca em um crime, punindo com severidade a atividade costumeira dos pobres em prover sua sobrevivência e negando-lhes qualquer relação com a natureza que não fosse mediada pela propriedade privada. (FOSTER, 2005, p. 99-100).

Não somente em relação à agricultura capitalista que a propriedade privada era considerada antagônica à natureza. A alienação da natureza também se manifestava nas cidades com a intensificação do que Marx chamou, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, de “poluição universal”. Uma condição precária de ausência de luz, ar e limpeza, onde o ambiente natural era constituído pelo ar poluído e o esgoto in natura: “A sujeira – esta poluição e putrefação do homem, o esgoto da civilização – torna-se elemento de vida para ele[...]” resultando na alienação não só do trabalho criativo, mas dos elementos essenciais da própria vida. (FOSTER, 2005, p. 110-111).

Portanto, no processo de constituição do capitalismo, a partir da propriedade privada dos meios de produção, ocorre a separação entre a existência humana e as condições naturais necessárias para sua reprodução. Para Foster (2005) Marx ao tratar da construção da sociedade dos produtores associados, teria incluído nessa concepção a idéia de uma nova sociedade que restabeleça a proximidade na relação com a natureza. Em um trecho de “O Capital” escreveu:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens [...]. [Todas as

sociedades] são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres famílias* [bons pais de família]. (MARX apud FOSTER, 2005, p. 231).

Em resumo, a idéia de metabolismo presente nas obras de Marx, segundo Foster (2005), constitui-se em elemento importante para compreender a questão ambiental contemporânea e para a luta em prol de uma nova sociedade. Entendendo-se o metabolismo como um processo entre o homem e a natureza onde o homem ao mesmo tempo em que transforma a natureza, também se transforma, pois, constituem uma unidade.

2.2. Michael Löwy: revisão crítica das forças produtivas e a perspectiva do ecosocialismo ou ecomarxismo

Têm-se como principais referências de Michael Löwy¹⁹ para a discussão ambiental o texto “De Marx ao Ecosocialismo” (2004) e o livro “Ecologia e Socialismo” (2005), onde o autor afirma que a questão ecológica é o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no século XXI, sendo necessário “uma ruptura radical com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna” (LÖWY, 2005, p.38).

Löwy ficou conhecido por sua militância revolucionária na Liga Socialista Independente e na IV Internacional, atento às lutas sociais e organizações políticas de esquerda. Também é disseminador de um amplo movimento político internacional pelo “Ecosocialismo” que inspirou a criação da “Rede Brasil de Ecosocialistas”, lançada durante o Fórum Social Mundial, em 2003, em Porto Alegre. A iniciativa foi discutida na oficina “A sustentabilidade pelo Ecosocialismo”, promovida pelo Centro de Estudos Ambientais de Pelotas (RS) e Instituto TERRA AZUL de Fortaleza e resultou no “Manifesto

¹⁹ Michael Löwy nasceu em São Paulo, em 1938, filho de imigrantes judeus. Em 1960, formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. No ano seguinte, mudou-se para a França onde fez sua tese de doutoramento na Universidade de Sorbonne, sob orientação de Lucien Goldmann, concluída em 1964. É diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique, em Paris. Autor de numerosas obras, entre elas “A teoria da revolução no jovem Marx” (1970), “Método Dialético e Teoria Política” (1975), “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen” (1985), “Marxismo, Modernidade e Utopia” (2000) e “Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade” (2009).

Ecosocialista Internacional”²⁰. Nas discussões da perspectiva ecosocialista se inserem outros pensadores ecomarxistas como James O’ Connor, John Bellamy Foster, Juan Martínez Allier, Elmar Altvater.

Considera-se pertinente a opinião de Löwy em relação ao tratamento dado por Marx ao meio ambiente e as exigências contemporâneas ao debate ambiental. Ele é suficientemente claro ao expor que:

Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Por outro lado, é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação ilimitada de capital. Uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista (LÖWY, 2005, p.37-38).

Diante desse posicionamento, Löwy evidencia algumas tensões e contradições presentes nas obras de Marx e Engels, além de mostrar as pistas deixadas por eles para uma ecologia de inspiração marxista. O autor parte de três premissas:

a) os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo marxiano; b) os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre as sociedades humanas e a natureza, estão longe de serem unívocos, e podem, portanto, ser objeto de interpretações diferentes; c) a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical (LÖWY, 2005, p. 19-20)

Uma das críticas dirigidas a Marx e Engels é quanto ao “prometeísmo”, que opõe o homem à natureza, pelo qual o homem poderia dominar e ter uma supremacia em relação à natureza. Porém,

²⁰ O texto do Manifesto Ecosocialista pode ser encontrado nos anexos do livro de Michael Löwy “Ecologia e Socialismo” (2005), publicado pela Editora Cortez.

Löwy afirma que ao usar termos como supremacia ou dominação, Marx e Engels estariam simplesmente se referindo ao conhecimento das leis da natureza. Além disso, desde os primeiros escritos Marx adotou uma visão do homem como parte inseparável da natureza, numa abordagem da relação homem/natureza que não foi unilateral.

Outra crítica, que Löwy (2005, p. 23) considera um mal-entendido, é dizer que Marx teria atribuído a origem de todo valor e da riqueza ao trabalho humano, negligenciando a contribuição da natureza. Marx explicou a origem do valor de troca no sistema capitalista pelo emprego da força de trabalho humana. O mal-entendido está em pensar que, como a natureza não produz valor de troca, e sim, valores de uso, ela não teria sido levado em consideração no processo de produção capitalista. Porém, Marx e Engels já haviam sinalizado a importância da natureza no processo produtivo na “Crítica do Programa de Gotha”.

Por fim, existe a acusação acerca de um produtivismo existente nas obras de Marx. Para Löwy (2005, p. 23-24), não se justifica a crítica referida na medida em que Marx denunciou a lógica da acumulação capitalista e propôs sua superação pelo socialismo. No socialismo a preocupação não seria mais com a produção de valores de troca e a ganância pelo “ter”, mas sim, com os valores de uso, de bens necessários para satisfazer as necessidades humanas e a valorização do “ser”.

Por outro lado, a crítica é compreensível uma vez que há na obra de Marx, em especial no Prefácio da “Contribuição à crítica da economia política” (1859), uma tendência evolucionista e cientificista em “fazer do desenvolvimento das forças produtivas o principal vetor do progresso” (LÖWY, 2005, p. 24), marcada por uma visão nada problematizada das forças produtivas.

Nos *Grundrisse* também se expressa a “admiração pouco crítica de Marx pela obra ‘civilizadora’ da produção capitalista e pela sua instrumentalização brutal da natureza”. (LÖWY, 2004, p. 94). Löwy observa ainda que Marx não apresentava uma noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas:

O capital começa então a criar a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza [...] Com efeito, a natureza torna-se um puro objeto para o homem, uma coisa útil. Não é mais reconhecida como uma potência. A inteligência teórica das leis naturais tem todos os aspectos de um estratagema que procura submeter a natureza

às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção (MARX apud LÖWY, 2005, p. 25-26)

No que diz respeito a uma concepção mais crítica das forças produtivas e de uma possível aproximação (implícita) de Marx ao tema do meio ambiente, Löwy destaca “A ideologia Alemã”, ao referir-se a um estágio em que as forças produtivas se transformariam em forças destruidoras. Porém, concorda-se com Löwy, que não é possível afirmar que a destruição a que Marx e Engels se referem seja em relação à natureza, isso porque eles não desenvolvem essa idéia:

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas mas sim forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro). (MARX; ENGELS apud LÖWY, 2005, p.26).

As referências explícitas de Marx sobre as devastações provocadas pelo capital no meio ambiente natural e das contradições do progresso, que pode ser destrutivo, são realizadas em “O Capital” e se referem ao esgotamento dos solos na agricultura capitalista:

Assim, ela [a agricultura capitalista] destrói não só a saúde física do operário urbano, mas também a vida espiritual do trabalhador rural. Cada passo em direção da agricultura capitalista, constitui, ao mesmo tempo, um agravamento na ruína das fontes duradouras de tal fertilidade [...]. Portanto, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao mesmo tempo que esgota as duas fontes de onde brota toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX apud LÖWY, 2004, p. 95)

Marx associa o esgotamento do solo a um processo mais amplo de ruptura no sistema de trocas entre o homem e o meio ambiente (o metabolismo). Sugere que para esse processo de ruptura existe a cooperação entre indústria e agricultura e do comércio, estendendo os danos em escala global. Entretanto, para Löwy, essas idéias foram pouco

desenvolvidas.

Löwy se remete também às obras de Engels “A Dialética da Natureza”, onde se referiu à destruição das florestas cubanas pelos grandes produtores de café espanhóis e em “A condição da classe operária inglesa” (1844), apontando a insalubridade dos bairros nas grandes cidades inglesas. No entanto, os temas do desflorestamento e da poluição do meio ambiente pela atividade industrial, estiveram implícitos, mas nunca foram colocados diretamente. (LÖWY, 2005, p. 32).

Cabe lembrar que no contexto vivenciado pelos autores a “problemática ambiental” estava centrada no desenvolvimento da agricultura capitalista, no desgaste da fertilidade natural do solo e na destruição das florestas para o cultivo agrícola. Alerta-se com isso, para a necessidade de situar historicamente a discussão que ora se apresenta.

Sobre essa questão, uma contribuição importante é feita por Atilio Bóron em “A Coruja de Minerva - mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo”, onde ele escreve sobre a atualidade do Manifesto Comunista. Ele lembra que naquela época “a crise ecológica não era analisada por quase ninguém” (BÓRON, 2001, p. 64). Os estudos de Marx versam acerca daquela realidade, onde os problemas ambientais ainda não atingiam níveis alarmantes como os atuais. Por outro lado, “são as relações de produção as que servem de mediação entre a sociedade e meio ambiente, e as que estipulam um determinado padrão de relacionamento com a natureza”, daí a atualidade do debate. (BÓRON, 2001, p. 66-67).

Ao fazer sua análise, Löwy conclui que diante do atual risco de esgotamento das matérias-primas e da ameaça ao equilíbrio ecológico do planeta não é mais justificável a visão otimista acerca do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Desse modo, apoiando-se em Daniel Bensaïd²¹, propõe ver nas obras de Marx as contradições entre o credo produtivista de alguns textos e a intuição do progresso como destruidor do meio ambiente natural. Afirma que o grande desafio do pensamento marxista é fazer uma profunda revisão crítica de sua concepção de forças produtivas, rompendo com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. (LÖWY, 2004, p. 97).

Löwy destaca que uma transição para um *modo de vida alternativo*, a uma civilização ecossocialista, deve se pautar em uma

²¹ Löwy refere-se à obra “Marx: o Intempestivo” (1995), de Daniel Bensaïd.

nova estrutura tecnológica das forças produtivas que vise à substituição das atuais fontes de energia por outras, não-poluentes e renováveis, investidas de forma que a própria população possa definir as prioridades. Exige ainda uma mudança radical no *tipo de consumo*, fundado no desperdício e na ostentação. (LÖWY, 2005, p. 51-52).

Assim, de um ponto de vista ecossocialista, não basta suprimir as *relações de produção* que se tornaram obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas. É o conjunto do modo de produção e consumo que deve ser transformado, uma vez que todo o aparelho produtivo, suas forças e relações de produção, estão a serviço da acumulação e expansão do capital. (LÖWY, 2005, p. 55).

E, além da contradição entre forças e relações de produção inerente ao sistema capitalista, explicitada por Marx, acrescenta-se a contradição entre *forças produtivas e condições de produção* inserida no debate por James O' Connor (1988), no que ele chamou de “segunda contradição do capitalismo”. No debate marxista atual cabe reconhecer os limites que a própria natureza impõe à dinâmica expansionista do capitalismo, fato este que Marx não teria levado suficientemente em consideração. (LÖWY, 2005, p. 44).

Para Löwy, os objetivos tanto do socialismo como da ecologia implicam a superação da racionalidade instrumental, na qual são compatíveis meios racionais para concretizar fins irracionais, ambos reivindicando valores qualitativos onde a satisfação das necessidades respeite a natureza, os limites dos recursos naturais. (LÖWY, 2004, p.93).

O ecossocialismo que se desenvolveu nos últimos trinta anos como uma corrente de pensamento e de ação ecológica, parte do marxismo e articula-o à crítica ecológica, objetivando uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social e na predominância do valor de uso. Não se trata de uma corrente homogênea, mas predomina entre os ecossocialistas a busca de ruptura com a ideologia produtivista do progresso, se opondo à expansão ilimitada da produção e do consumo destruidores da natureza. (LÖWY, 2005, p. 47-49).

Ao se pensar no projeto ecossocialista de sociedade está em jogo, conforme Löwy, a mudança de uma concepção puramente *quantitativa* para uma concepção *qualitativa* do desenvolvimento das forças produtivas, que oriente a produção para a satisfação de necessidades autênticas. As necessidades autênticas são consideradas por Löwy aquelas que persistem após a supressão da publicidade, peça

indispensável ao funcionamento do mercado capitalista. (LÖWY, 2005, p. 57).

2.3. Enrique Leff e a construção da racionalidade ambiental

A compreensão aqui parte do fato da interação do ser humano com o meio ambiente expressar-se por uma idéia de propriedade, de posse sobre a natureza, fato este constitutivo da racionalidade capitalista construída ao longo dos anos.

Entende-se que cada vez mais se sobrepôs ao meio ambiente uma lógica instrumental, técnica cuja preocupação está em atingir um fim último sem considerar as conseqüências da apropriação desmedida dos recursos naturais, ou, quando as considera é pela manutenção dessa mesma lógica. Um modelo de racionalidade que se apropria do meio ambiente e compele o ser humano a agir de modo a comprometer ou mesmo destruir as possibilidades de vivência em um ambiente saudável.

A reflexão pauta-se em Enrique Leff²² e suas contribuições no sentido de construir as bases de uma “nova racionalidade” – a racionalidade ambiental – que seja capaz de superar a racionalidade econômica pautada na relação mecanicista com o ambiente, cuja forma de apropriação ignora as condições e limites naturais. O autor tem participado das principais discussões sobre a temática socioambiental que envolvem a América Latina, assim como do debate internacional sobre o tema. Tem-se como principal referência para as reflexões aqui sinalizadas a obra “Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza” (2006).

A discussão em torno de uma racionalidade alternativa proposta por Enrique Leff, é considerada um aspecto interessante e pode trazer para as análises marxistas contemporâneas elementos instigantes para o enfrentamento da “questão ambiental”. O autor dialoga com

²² Enrique Leff é mexicano, doutor em economia pela Universidade de Sorbonne, professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais na Universidade Autônoma do México (UNAM) e coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe do PNUMA. No Brasil, atua como professor no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, nível de doutorado. Entre as várias obras publicadas tem-se “Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable” (1994), “Epistemología Ambiental” (2001).

pressupostos marxistas, faz a crítica a Marx sem negar suas contribuições. Tem forte influência weberiana ao trazer a importância dos elementos culturais (e subjetivos) para pensar criticamente na superação da racionalidade dominante, cujas implicações no meio ambiente revelam-se destrutivas.

Para Enrique Leff, a racionalidade econômica (instrumental) conduz à crise ambiental, expressa na degradação das condições ambientais e escassez de recursos, que abre caminho para a necessidade de pensar em uma racionalidade alternativa. A construção de uma racionalidade ambiental além de apresentar novos valores, objetivos e fins para orientar as ações humanas é, sobretudo, a desconstrução da racionalidade econômica e científica da modernidade e de todos os aparatos que legitimam e instrumentalizam essa forma de agir. (LEFF, 2006, p.247)

Nesse sentido, o autor faz uma crítica ao discurso do “desenvolvimento sustentável” e do propósito de internalizar as “externalidades ambientais” que a racionalidade econômica capitalista criou para dissimular aparentemente a incompatibilidade entre meio ambiente e desenvolvimento. Antes de se apontarem os “limites do crescimento” a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida eram considerados como problemas externos ao sistema, depois, eles foram adquirindo uma importância expressiva, incorporados ao discurso de certa “ética ambiental” e refuncionalizados dentro do processo de racionalização econômica. (LEFF, 2006, p. 252; 266-267).

Essa busca de contrapor a racionalidade dominante a uma racionalidade ambiental, um modo diferenciado de interagir com o meio ambiente, não se trata de um mero confronto teórico entre uma razão mecanicista (de mercado) e uma razão orgânica ou ecológica.

A construção de um novo paradigma produtivo fundado em princípios e bases de racionalidade ambiental, tais como a produtividade ecológica, os valores culturais, os significados subjetivos e a criatividade humana, implica que os “atores sociais [sejam] capazes de mobilizar processos políticos que conduzam a transformações produtivas e do saber, mais do que através de normas que possam impor-se ao capital e aos consumidores para reformar a economia”. (LEFF, 2006, p.232).

Leff entende a questão ambiental como uma problemática eminentemente social e a construção da racionalidade ambiental como um processo político e social que passa pela confrontação de interesses opostos:

A racionalidade ambiental é uma categoria que aborda as relações entre instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, que atravessam o campo conflitivo do ambiental e afetam as formas de percepção, acesso e usufruto dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações. (LEFF, 2006, p. 240)

Na tarefa de construir a racionalidade ambiental, o autor retoma apontamentos realizados por Max Weber acerca de como a sociedade capitalista gerou uma racionalização crescente fundada no cálculo econômico, na formalização, dominação, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência dos seus meios tecnológicos.

Para Leff os méritos de Weber ao tratar da racionalização estariam no fato de ter incorporado a noção de significação ou de sentido subjetivo, porque abre espaço para os aspectos qualitativos, dos valores éticos, da diversidade cultural, recusando a idéia de “ordem hierárquica de racionalidade”, ou seja, onde um tipo de racionalidade seria superior às demais. (LEFF, 2006, p.245-246)

Essa incorporação da esfera subjetiva vem justamente no sentido de romper com a pura objetividade científica que perpassa a racionalidade dominante. Esta implica em um distanciamento contínuo de uma relação mais orgânica, mais próxima da natureza, ainda valorizada, por exemplo, nas culturas ditas “tradicionais” e pelos povos indígenas que persistem, quando conseguem, na manutenção de um estilo de vida próprio.

Enrique Leff destaca que uma das estratégias da racionalidade econômica para legitimar sua racionalidade pautada no modelo cientificista da modernidade é não só definir como racionais apenas as ações que se regem pelos valores do mercado (como lucratividade, utilidade), mas também, ao mesmo tempo, deslegitimar os modos de organização que se orientam por outros valores. Daí emergirem, em organizações culturais diferenciadas, lutas de resistência à submissão às regras do mercado globalizado que visa tornar homogêneos seus próprios padrões de vida. (LEFF, 2006, p. 235-236).

A construção de uma racionalidade ambiental nos termos de Leff implica um “encontro de racionalidades - de formas diferentes de pensar, de imaginar, de sentir, de significar e de dar valor às coisas do mundo”. (LEFF, 2006, p. 249). Valoriza outros princípios de

produtividade e convivência, descobrindo que as práticas cotidianas, os sentimentos, os saberes empíricos e as tradições, os mitos e os ritos dão o sentido às diferentes formas de organização cultural, e estes não podem ser submetidos a um padrão uniformizado de racionalidade. (p. 236-237).

Mas, para a construção dessa nova racionalidade, Leff (2006) ressalta que se defrontam as condições objetivas não apenas de uma racionalidade econômica, mas da sociedade como um todo em seus aspectos políticos, jurídicos, sociais, culturais. Significa que paralelo às motivações subjetivas que dão coerência às ações, pensar na temática ambiental significa adentrar em um campo atravessado por relações de poder e interesses entre instituições, organizações, movimentos sociais, populações, cujas percepções e ações quanto ao acesso e usufruto dos recursos naturais são quase freqüentemente divergentes.

Subjacente à racionalidade ambiental o autor dedica atenção especial à racionalidade cultural que trata das diversas formas culturais de organização dos povos e comunidades, bem como, o modo de aproveitamento dos recursos naturais. Cada cultura delimita e dá sentido ao sistema de recursos naturais e tecnológicos que constituem suas formas de apropriação e transformação da natureza. (LEFF, 2006, p. 260). Entende-se que as diversas formas de organização em sociedade e o modo como historicamente estas se utilizam dos recursos naturais para atender as suas necessidades (em síntese o modo de produção), dá especificidade aos processos de mediação entre a sociedade e a natureza.

Então, se cada cultura dá um sentido ao sistema de recursos naturais e tecnológicos, constituindo suas formas de apropriação e transformação da natureza, significa que há uma interiorização e manifestações diversificadas de relacionar-se com o ambiente. O que ocorre é a sobreposição de um modelo produtivo – o capitalista – sobre outras formas de produzir a vida social, fazendo com que uma efetiva racionalidade ambiental ainda seja um ideal a ser buscado.

3. OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE MARXISTA DA TEMÁTICA AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

3.1. Situando as aproximações entre Serviço Social e meio ambiente

Considera-se que Marilda Iamamoto (2009) no livro “Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” trouxe reflexões importantes para discutir aspectos relacionados à profissão e a necessidade desta estar atenta e acompanhar as mudanças na realidade social. Essa obra é certamente um incentivo ao desafio assumido: estudar o meio ambiente no Serviço Social. Em especial chama a atenção o seguinte trecho:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. [Acrescenta ainda que] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 20-21, grifo do autor).

Logo que se inicia uma aproximação acerca da relação meio ambiente e Serviço Social, constata-se que a temática ambiental ainda é incipiente nas produções dos Assistentes Sociais, como livros, textos, artigos, dissertações e teses. O que se considera incipiente envolve não apenas o aspecto quantitativo das produções, mas também e, sobretudo, o aspecto qualitativo, ou seja, o conteúdo nelas apresentado.

Uma leitura atenta do material existente (livros, publicações em revistas, anais de congressos, etc.) e, considerando um referencial teórico já minimamente elaborado, permite identificar lacunas ou insuficiências na fundamentação teórica acerca da temática ambiental. Em primeiro lugar, nessa área as produções revelam uma carência na

análise crítica sobre modos de produção e sua apropriação ambiental. Isso é reflexo da segunda lacuna que diz respeito à inclusão da temática ambiental no processo de formação profissional, onde ainda são poucas as abordagens realizadas. Por fim, essas duas lacunas levam a uma terceira. Trata-se da forma como ocorre a atuação profissional frente às demandas que lhe são apresentadas, em grande parte, reforçando o modelo produtivo vigente.

Entre as produções existentes destaca-se o livro “Serviço Social e Meio Ambiente”, frequentemente referenciado ao se tratar da temática ambiental no Serviço Social. Trata-se de uma seleção de artigos, organizado por autores latino-americanos (nenhum deles brasileiro), traduzido e publicado no Brasil, em 2005.

Nessa obra destaca-se o artigo intitulado “O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social”, onde Aguayo e García fazem uma análise bastante restrita da atuação do Assistente Social em relação ao meio ambiente. Pautados em Kisnerman (1998), os autores entendem a competência do profissional no sentido de

Sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas [...] de melhoria ambiental de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter melhor aproveitamento dos recursos naturais. (KISNERMAN, 1998 apud AGUAYO; GARCIA, 2006, p.68).

Em sua atuação o Assistente Social estaria assumindo uma dimensão educativa e conscientizadora quanto à preservação dos recursos naturais junto à população, concepção essa que perpassa a visão naturalista do meio ambiente.

Por outro lado, os autores trazem um aspecto considerado fundamental para o debate. Trata-se de assumir uma perspectiva interdisciplinar quando da atuação na área ambiental, além ainda, da importância do profissional se capacitar, pesquisar e publicar sobre o meio ambiente. (AGUAYO; GARCIA, 2006, p.67-69). Entende-se que, além de lhe permitir ampliar seus espaços de atuação ou qualificar o trabalho naqueles já existentes, o Assistente social pode melhorar a argumentação e seu posicionamento profissional no interior de uma equipe multiprofissional.

Um momento que pode ter contribuído para despertar o interesse

pela discussão do meio ambiente no interior do Serviço Social, foi a realização do Curso de Capacitação promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 1997.

No último módulo do curso, ao tratar dos novos espaços ocupacionais do Assistente Social, encontramos o texto “Desenvolvimento Sustentado e Meio Ambiente”, de Joaquina Teixeira de Andrade, cujo objetivo foi propiciar informações básicas sobre o surgimento da questão ambiental e sua vinculação ao movimento de reprodução ampliada do capital, tratando-se de uma demanda para a agenda de trabalho e formação dos Assistentes Sociais que “[...] impõe novas questões e novos desafios teóricos, estratégicos e tático-operacionais”. (ANDRADE, 1997, p.192-193).

Em relação à publicação de artigos se buscou referências na revista “Serviço Social e Sociedade”, com ampla divulgação na área do Serviço Social. Poucos foram os artigos publicados que de alguma forma remetem à temática ambiental.

Tem destaque o artigo publicado no início da década de 1990, de Seno A. Cornely, Assistente Social da PUC/RS na época. Talvez seja um dos pioneiros a apontar reflexões sobre a racionalidade produtiva dominante no texto “Introdução à ecologia social” e alertar sobre a necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento e de uma racionalidade ambiental.

O autor chama a atenção para a necessária mudança nas relações internacionais pautadas na exigência do esgotamento da natureza (e das pessoas) para manter um consumo exageradamente alto de alguns países. A “violentação da natureza” é considerada uma das matrizes que “piora brutalmente a nossa qualidade de vida” e, aliada ao uso de tecnologia inadequada, aumenta a pobreza e consolida a dependência do exterior. (CORNELY, 1992, p. 21).

A publicação deste artigo se deu nas vésperas da Rio-92, na expectativa de reunir vários países em torno da discussão de propostas e alternativas quanto ao meio ambiente e desenvolvimento. Nesse sentido, Cornely alertou para o fato de que a Rio-92 e “a pregação do desenvolvimento sustentado” poderiam ser “manobras desviacionistas” ou “um grande show mundial” para distrair a atenção das tremendas injustiças sociais. (CORNELY, 1992, p. 25). Trata-se de uma afirmação bastante ousada naquele contexto.

Por outro lado, apesar de Cornely (1992) sinalizar sobre a existência de custos sociais e políticos gerados pela lógica capitalista que pressupõe um mercado em constante expansão, com produção e

consumo ilimitados, ele não aprofunda naquele artigo a análise das relações sociais inerentes ao modo de produção que levam ao esgotamento da natureza e dos homens.

A direção que o autor aponta para o enfrentamento das discussões relativas ao meio ambiente é que “só uma nova visão ética, a ética planetária, será capaz de salvar o planeta e seus habitantes”. (CORNELLY, 1992, p. 25), reforçada por novas formas de solidariedade, a nível internacional, que prestigiem a autodeterminação, a autoconfiança e o humanismo. Está ausente do debate, a idéia de conflito, de correlação de forças e interesses antagônicos que permeiam a organização da sociedade capitalista. É preciso lembrar que nesse tipo de estrutura social a solidariedade existe apenas no sentido de unir forças para reproduzir o modelo produtivo vigente.

Mais recentemente, temos o artigo de Vieira (2002) intitulado “Educação para sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental das cidades” e, outro que trata dos “Limites de mensurabilidade dos indicadores ambientais no processo de conhecimento e de gestão ambiental”, de Roesler e Cesconeto (2007).

Vieira (2002), baseada em sua experiência profissional na elaboração de projetos sociais junto à população-alvo de programas habitacionais, confere à participação da população na gestão ambiental das cidades um papel de extrema importância.

Os problemas ambientais urbanos estão aumentando e exigem ações que estimulem a “consciência ambiental” da população, segundo Vieira (2002). A autora remete à integração da educação ambiental às demais políticas públicas e faz a crítica aos poucos esforços governamentais realizados para implementar as leis ambientais.

Para ela, as ações devem corrigir, atenuar e prevenir os riscos socioambientais e, nesse sentido, as políticas ambientais requerem “[...] novos enfoques que integrem realidades contraditórias de forma crítica e inovadora, numa perspectiva sistêmica, com uma visão holística [...]”. (VIEIRA, 2002, p.67), podendo surgir “[...] resultados efetivos na direção da sustentabilidade por meio da junção integrada de esforços pautada na participação comunitária na gestão das cidades”. (Id. Ibid, p. 69).

Concorda-se com a autora de que as ações de educação ambiental precisam estar interligadas com as demais políticas e que ainda existe muito para se avançar nesse sentido. Porém, a “tomada de consciência dos indivíduos” acerca da problemática ambiental não engendra uma mudança no paradigma produtivo e, enquanto essa idéia predominar,

persistem também as ações paliativas frente às questões ambientais, onde o almejado desenvolvimento sustentável nada mais é do que a reprodução das relações capitalistas de produção.

Por fim, Roesler e Cesconeto (2007) demonstram a importância da pesquisa para o aprimoramento do exercício profissional na área sócio-ambiental. As autoras têm inserção no projeto de pesquisa “Estudo de Indicadores ambientais: conceitos e aplicações em projetos de gestão ambiental na Bacia do Paraná III, cuja referência são as ações desenvolvidas pelo Programa Cultivando Água Boa e Programa Nacional do Meio Ambiente II, ambos desenvolvidos no Estado do Paraná.

Essas são as produções identificadas, em princípio, e suas principais abordagens. Existem ainda duas contribuições importantes em Trabalhos de Conclusão de Curso.

O estudo de Raquel dos Santos, elaborado em 2007, a partir de pesquisa de iniciação científica, vinculada ao projeto “Meio Ambiente e Serviço Social” no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão LOCUSS/UFRJ/ESS, que teve por objetivo “[...] identificar, na produção bibliográfica e documental da categoria, quais foram as produções que se relacionam com a temática abordada, ou seja, o meio ambiente”. (SANTOS, 2007, p. 47).

Nesse trabalho a autora faz um panorama geral a partir da consulta nas principais revistas da área do Serviço Social (entre elas, Serviço Social e Sociedade, Ser Social, Revista Praia Vermelha, Serviço Social em Revista), dos Anais dos CBAS e ENPESS, além de consultas em sites de algumas universidades. Segundo a autora,

Dentre o material analisado, encontramos artigos que datam de 1961 ao ano de 2006, sendo que os artigos que trazem questões sobre o meio ambiente só passaram a ser publicados a partir de 1990. No total foram analisados aproximadamente 3787 artigos nas diferentes publicações da categoria, mas, entre eles, encontramos somente 40 relacionados à temática do meio ambiente, o que corresponde a aproximadamente 1,05 % dos artigos produzidos. (SANTOS, 2007, p. 47-48)

Em relação aos artigos que tratam da temática ambiental, Santos (2007) constatou que 58,7% dos artigos foram publicados em Anais de Congressos, seguido das publicações encontradas *on line* com 15,2%.

Os artigos encontrados nos Cadernos das Jornadas de Iniciação Científica perfazem 10,9% e os artigos encontrados em periódicos 8,7%. Por fim, com 6,5%, estão as produções em teses e dissertações. A autora aponta um crescimento nas produções sobre meio ambiente a partir de 2000. Entre 2000 e 2006 perfaz um quantitativo de 32 produções (12 delas são de 2006), enquanto na década de 1990 houve apenas 08 artigos publicados. (SANTOS, 2007, p.47-48).

Em termos qualitativos a autora apresenta aspectos gerais envolvendo os trabalhos, sem especificar ou destacar os elementos considerados relevantes. Mesmo que superficialmente, ela nos leva a refletir sobre o seguinte ponto observado nas publicações:

Há um interesse muito grande em se trabalhar com a preservação ou a degradação ambiental junto a comunidades pobres, mas não identificamos interesse em trabalhar essas questões enquanto políticas e responsabilizando o Estado e as camadas mais abastadas pela preservação do meio ambiente. (SANTOS, 2007, p. 56).

A autora chega à conclusão que em meio à produção bibliográfica da categoria há “uma escassez de publicações com estudos mais aprofundados pela temática do meio ambiente”. (SANTOS, 2007, p.57).

Outro trabalho que se destaca é o TCC de Bárbara Louise Carnevale, elaborado em 2009, no curso de graduação em Serviço Social da UFSC. A partir do estudo realizado nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), a autora procurou identificar quantitativa e qualitativamente como os profissionais tem se apropriado do tema ambiental e quais as propostas de enfrentamento do tema para a profissão. O universo da pesquisa envolveu a produção desses dois eventos, no período de 2000 a 2008.

Ao longo dos oito anos foram realizados cinco ENPESS, uma vez que o Encontro ocorre a cada dois anos. Nos anais desses Encontros foram aprovados 2.704 trabalhos, sendo que apenas 40 deles abordam a questão ambiental, e destes, alguns não a abordam diretamente, apresentando apenas elementos que levaram à discussão. Um fator que merece destaque, segundo a autora, é que o assunto só foi inserido como um tema do sub-eixo “Questão Agrária, Questão Urbana e Sócio-

ambiental”, em 2006, no X ENPESS. Antes disso, aparece subjacente a outros eixos com assuntos diversificados como “Questão agrária e questão urbana”, “Urbano e rural: movimentos sociais e intervenções” e “Política Social” (CARNEVALE, 2009, p. 20-21).

Qualitativamente a autora percebe a partir IX ENPESS

[...] uma profunda análise teórica acerca da questão do meio ambiente, recorrendo a aportes teóricos da profissão para explicá-la, destacando a importância de pensar a sustentabilidade fazendo vínculo entre o social, o ecológico e o político. (CARNEVALE, 2009, p. 26).

Conforme a autora, o ápice da discussão em relação ao meio ambiente foi no XI ENPESS, onde verificou “maior densidade de conteúdo” destacando,

[...] a necessidade da categoria profissional trabalhar de modo interdisciplinar, tomando a questão sobre o meio ambiente na perspectiva da garantia dos direitos à população, visto que a questão perpassa o direito à melhor qualidade de vida. (CARNEVALE, 2009, p. 28).

Da análise realizada em relação aos ENPESS percebe-se que

[...] os autores entendem a importância do Assistente Social se inserir na temática ambiental e compreendem que a questão ambiental é fruto do desenvolvimento capitalista, que tem se dado de forma cada vez mais acelerada e degradante para as condições de vida de todo o entorno. Contudo, uma proposta de exercício profissional que contemple a dimensão ambiental é praticamente inexistente, ou quando muito, superficial, limitando-se a propor uma ação de educação ambiental sem pontuar como se dá essa ação. (CARNEVALE, 2007, p. 34).

Em relação aos CBAS, foram analisados os eventos de 2001 a 2007, ou seja, três Congressos, tendo em vista a sua realização a cada três anos. Nesse período foram aprovados 2.703 trabalhos, 38 deles correspondendo a trabalhos sobre o meio ambiente. Assim como no

ENPESS, a temática ambiental não é prioritária na agenda da categoria profissional.

Na análise dos Anais dos Congressos a autora conclui que “[...] a totalidade dos textos publicados concebe o desenvolvimento capitalista como responsável pelo agravamento da questão ambiental e social”. Compartilha-se da idéia de que o capitalismo de apropria de modo cada vez mais acelerado dos recursos naturais existentes, além de agudizar as condições de vida da população. (CARNEVALE, 2009, p. 41; 37).

As publicações trazem à tona também as críticas às atuais políticas públicas para o enfrentamento da questão ambiental. Nesse sentido, Bressan (2001 apud Carnavale, 2009, p. 42), lembra que somente há ação por parte do capital quando as conseqüências afetam diretamente a classe burguesa e considera que a preocupação com as relações Homem-Natureza não passa de intenções residuais, pontuais e paliativas.

Destaca-se ainda a compreensão do papel do Assistente Social como educador ambiental numa perspectiva interdisciplinar existindo a tendência em considerar a educação ambiental como uma ação capaz de modificar comportamentos, hábitos e atitudes. Alguns autores entendem que ela “proporciona ao profissional uma ruptura com a lógica neoliberal e efetiva o compromisso de garantir direitos aos cidadãos”. (CARNEVALE, 2009, p. 46-48).

Conforme destaca Carnevale (2009), os dados de seu estudo sinalizam o quanto a profissão ainda precisa se debruçar sobre o tema e debater profundamente as possibilidades de intervenção que contemplem a questão sócio-ambiental.

Em suas considerações finais a autora destaca um dos limites encontrados nas produções analisadas. Trata-se da permanência do caráter conservacionista nas propostas de ação profissional, mesmo havendo um entendimento de que o ambiental não se resume ao ambiente natural.

Também traz desafios aos profissionais nas suas ações sócio-ambientais, sobretudo, para conseguir pautar a educação ambiental numa perspectiva emancipadora. Afirma que para isso ocorrer a categoria profissional precisa, primeiramente, incorporar os aspectos ambientais à questão social, a fim de se reconhecer como um profissional instrumentalizando para desenvolver ações nessa área. Em seguida, usar a educação ambiental para formar sujeitos para compreender que as relações capitalistas não objetivam eliminar as contradições sociais e, ainda, que entendam o vínculo entre o social, o

econômico, o ambiental e o cultural. Em síntese, que se compreendam os agravantes ambientais como parte constitutiva das relações sociais construídas pelos homens na vida em sociedade. (CARNEVALE, 2009, p. 73-74).

Ao constatar o incipiente número de textos, bem como, as possibilidades indicadas para aprofundamento teórico, as lacunas e os desafios ainda existentes, têm-se a preocupação em identificar quais são as dissertações e teses defendidas e como vem se processando a contribuição em relação à temática do meio ambiente através dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros.

O estudo organizado por Denise Bomtempo B. Carvalho e Maria Ozanira Silva e Silva (2005) sobre “Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil”, traz importantes contribuições acerca do quadro da produção teórica realizada entre 2001 e 2003 nos Programas de Pós-Graduação em andamento no país.

Os dados revelam uma expansão nos Programas de Pós-Graduação no Brasil. Em 2003, a região Sudeste concentrava 54,9% dos cursos de Mestrado e 66,6% dos cursos de Doutorado, seguida da região Sul com 19,6% dos cursos de Mestrado e 17,1% dos cursos de Doutorado; a região Nordeste com 15,6% de Mestrado e 10,3% de Doutorado; a região Centro-Oeste com 6,4% de Mestrado e 4,1% de Doutorado; por último, a região Norte com 3,5% dos cursos de Mestrado e 1,8% dos cursos de Doutorado. Apesar da expansão, permanece a “manutenção histórica do desequilíbrio regional na distribuição dos cursos”. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 44).

Essa mesma concentração de observa nos Programas de Pós-Graduação na Área do Serviço Social. Em 2005, havia 19 Cursos de Mestrado, 9 Cursos de Doutorado e dois (um Mestrado e um Doutorado) em fase de implantação. Na Região Sudeste estavam 8 Cursos de Mestrado e 5 de Doutorado, seguida da Região Nordeste com 6 cursos de Mestrado e 2 de Doutorado; a região Sul com 3 cursos de Mestrado e 1 curso de Doutorado; a Região Centro-Oeste com 1 curso de Mestrado e 1 Doutorado; e a Região Norte com apenas 1 curso de Mestrado.

As autoras analisam a produção do conhecimento em Serviço Social a partir das produções acadêmicas realizadas entre 1998 e 2002 (um total de 760 teses e dissertações). Quanto aos eixos temáticos estudados, a pesquisa apontou a prevalência do eixo temático “Infância, Juventude, Família e Sociedade” representando 14,22% do total. Seguido do eixo “Serviço Social, Trabalho e Prática Profissional” presente em 13,69% das teses e dissertações. E, em terceiro, o eixo

“Política Social: Saúde” com 11,72% do conjunto das produções. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 92-94).

Os eixos temáticos incluem a possibilidade de abordar o tema Meio Ambiente são: “Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” e “Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente”.

No eixo “Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” encontram-se 10,27% (78 produções do conjunto de 760 dissertações e teses analisadas). Nesse eixo tem destaque conteúdos como descentralização das políticas sociais, estratégias de democratização do poder local, estudos sobre movimentos sociais, questões relativas às políticas habitacionais e às diversas configurações da pobreza urbana, entre outros. Encontrando-se ainda pesquisas sobre questão ambiental e a participação da sociedade civil na gestão de recursos hídricos, na participação comunitária em projetos de saneamento básico. O eixo “Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” contempla apenas 3,82% (equivalente a 29 produções). (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 94-95).

Quando se trata dos projetos de pesquisa em desenvolvimento, entre 2001 e 2003, o eixo “Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” aparece em 10º lugar com 6,67% e o eixo “Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” em 12º lugar, com 4,03%.

Nas pesquisas do eixo “Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente”, destacam-se assuntos como as lutas sociais e organização das massas numa perspectiva de emancipação humana, reflexões sobre a organização política da classe trabalhadora brasileira, movimentos sociais urbanos na gestão ambiental, educação ambiental como formação de valores ético-ambientais e indicadores de desenvolvimento local sustentável. No eixo “Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente” aparecem questões como a agricultura familiar e desafios para a sustentabilidade e o meio ambiente e a problemática agrária em meio a temas de destaque como o desenvolvimento rural, regularização fundiária e modernização agrícola, análise de práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e seus processos organizativos, etc. (CARVALHO; SILVA e SILVA, p. 108-110).

Segundo as autoras, ambos os eixos vem crescendo no interesse da pesquisa no Serviço Social:

A questão socioambiental vem se tornando recorrente a partir de 2001. São relevantes os

projetos sobre movimentos sociais urbanos na gestão socioambiental e jurídica em cidades brasileiras; diagnóstico socioeconômico e ambiental em nível municipal; educação ambiental como formação de valores ético-ambientais para exercício da cidadania; meio ambiente e desenvolvimento por meio da análise do papel das organizações não-governamentais e indicadores de desenvolvimento local sustentável. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 108-109).

Mas, apesar de crescer o interesse pela temática percebe-se que nos Programas de Pós-Graduação existentes na Área do Serviço Social, em 2004, em apenas dois deles é identificado, diretamente, linhas de pesquisa com uma aproximação ao tema ambiental. Trata-se da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a linha de pesquisa “Questão Agrária/Questão Urbana e Meio Ambiente no contexto da Amazônia” e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO), a linha “Questões Sócio-ambientais, Estudos Culturais e Desenvolvimento Sustentável” (CARVALHO; SILVA e SILVA, p. 86-87).

Diante disso, parte-se do pressuposto de que a temática socioambiental ainda vem sendo pouco aprofundada pelo Serviço Social. Um indicativo disso pode ser observado na distribuição das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação, considerados o eixo em torno do qual são construídos e implementados os Planos de Curso, definidas as disciplinas, os projetos de pesquisa e, conseqüentemente, os temas das produções acadêmicas.

3.2. Tendências das produções sobre o meio ambiente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social

Para identificar as produções (teses e dissertações) existentes sobre a temática ambiental nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, inicialmente, foi realizada uma consulta ao “Portal do Serviço Social”²³. Nesse site está disponibilizado um levantamento realizado ao longo de

²³ O site <http://www.assistentesocial.com.br> é vinculado institucionalmente à Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como objetivo propiciar a formação de uma rede de informações relativa ao âmbito do Serviço Social e áreas afins.

2008, que inclui as produções de 1970 até meados de 1990 não constantes nos Cadernos de Indicadores da CAPES, pois, estes começaram a ser divulgados em 1998.

Além disso, verificou-se nos Cadernos de Indicadores da CAPES e nos sites dos respectivos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social²⁴ o quantitativo de produções existentes sobre a temática ambiental, no período de 1998 a 2008. Porém, várias delas não estão disponíveis na íntegra *on-line*, pois a divulgação em meio digital foi instituída pela Portaria 013/2006 da CAPES²⁵. Os dados encontrados foram distribuídos em três tabelas.

A sistematização final das tabelas ficou assim organizada:

-Tabela 1: as produções encontradas nos Cadernos de Indicadores da CAPES, no período de 1998 a 2008.

-Tabela 2: o quantitativo de produções anuais por Programa de acordo com os Cadernos de Indicadores da CAPES.

-Tabela 3: a relação nominal de todas as produções distribuídas por Programa e Região do Brasil, no período de 1970 a 2008.

²⁴ Os Programas de Pós-Graduação pesquisados são recomendados e reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e seus conceitos perante a CAPES variam de 3 a 6.

²⁵ Sabe-se que podem ser encontradas outras produções do Serviço Social sobre o meio ambiente que não foram publicadas. Mas, o recorte feito para a pesquisa restringe-se às informações disponíveis na internet nos momentos em que foram realizadas as consultas.

Tabela 1: Quantitativo de teses e dissertações sobre o meio ambiente (1998 – 2008)

Instituição/Nível	Período											Quantitativo Produções/ Meio Ambiente	
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	D	T
UFAL	sd	sd	sd	sd	sd	sd	-	-	-	-	-	-	-
UFAM	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	-	-	-	-
UCGO	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	-	-	-	-
UFJF	sd	sd	sd	sd	sd	sd	sd	-	-	-	-	-	-
UFPA Mestrado	sd	sd	sd	sd	sd	-	-	-	2D	2D	2D	6	-
UFPB/I.P Mestrado	-	sd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFPE Mestrado/Doutorado	-	-	1D	-	-	1D	2D	1D 1T	-	2D	1D 1T	8	2
UFRJ Mestrado/Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	1D	1T	-	-	1	1
UERJ Mestrado/Doutorado	sd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PUC/RIO Mestrado/Doutorado	sd	1D	-	-	-	1D	-	-	1D	-	-	3	-
UFRN Mestrado	sd	sd	-	-	-	-	-	1D	-	-	-	1	-

Instituição/Nível	Período												Quantitativo Produções/ MeioAmbiente	
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	D	T	
PUC/RS Mestrado/Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	2T	-	1D	-	1	2	
UFSC Mestrado	sd	sd	sd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
UNESP/FR Mestrado/Doutorado	-	-	-	-	-	-	1D	-	1D	-	-	2	-	
PUC/SP Mestrado/Doutorado	-	1D	-	-	-	-	1D 1T	-	-	-	-	2	1	
UEL Mestrado	sd	sd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de produções	-	2D	1D	-	-	2D	4D 1T	3D 3T	4D 1T	5D	3D 1T	24	6	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CAPES, disponíveis no site <http://www.capes.gov.br>.

Legenda: sd – sem dados disponíveis;

D – Dissertação

T – Tese

Tabela 2: Quantitativo geral de teses e dissertações nos Cadernos de Indicadores da CAPES (1998 – 2008)

Ano	Programas de Pós Graduação em Serviço Social com produções sobre o meio ambiente																		Total	
	UFPA		UFPE		UFRJ		UFRN		UNESP/FR		PUC/SP		PUC/RIO		PUC/RS		D	T		
	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T				
1998	-	8	-	14	1	-	-	14	-	26	17	14	-	16	-	92	18			
1999	-	17	-	11	4	-	-	9	-	37	10	6	-	19	-	99	14			
2000	-	28	-	12	8	-	-	17	1	31	16	9	-	17	-	114	25			
2001	-	13	-	10	8	-	-	27	11	30	22	14	-	15	3	109	44			
2002	-	3	-	8	8	-	-	16	7	26	12	9	-	13	6	75	33			
2003	18	43	2	15	7	12	-	19	6	17	21	9	-	13	8	146	44			
2004	21	11	4	17	10	11	-	15	14	28	24	7	-	10	6	120	58			
2005	18	10	20	12	11	12	-	15	8	15	29	15	-	19	12	116	80			
2006	48	14	6	19	33	12	-	13	9	29	21	9	-	8	9	152	78			
2007	23	12	11	17	9	8	-	12	6	21	10	17	2	17	13	127	51			
2008	14	9	8	12	11	8	-	17	9	24	19	15	7	14	13	113	67			
Total	142	168	51	147	110	63	-	174	71	284	201	124	9	161	70	1263	512			
Total/Meio Ambiente	6	8	2	1	1	1	-	2	0	2	1	3	0	1	2	24	6			
(%)	4,22	4,76	3,92	0,68	0,90	1,58	-	1,14	0	0,70	0,49	2,41	0	0,62	2,85	1,90	1,17			

Fonte: Elaboração própria com base nos Cadernos de Indicadores da CAPES, disponíveis em: <http://www.capes.gov.br>.

Legenda: D – Dissertação

T – Tese

Como é possível observar na Tabela 1, os dados confirmam o pressuposto da incipiente produção em relação à temática ambiental realizada pelo Serviço Social. Em um intervalo de dez anos (1998-2008) foram defendidas 24 dissertações e 6 teses que de alguma forma se vinculam à temática ambiental. Quando esses dados são comparados ao quantitativo geral produzido pelos mesmos Programas, o reduzido índice de produções sobre o tema ambiental se torna ainda mais visível. Essa comparação pode ser feita observando a Tabela 2, onde se tem o quantitativo de produções anuais por Programa.

Dos 16 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social pesquisados em 8 deles foram encontradas produções sobre o meio ambiente. Conforme a Tabela 2, nesses Programas, entre 1998 e 2008, foram defendidas 1263 dissertações de mestrado e 512 teses de doutorado. Percebe-se que as dissertações sobre meio ambiente, 24 ao todo, equivalem a apenas 1,90% do total de dissertações produzidas, enquanto as 6 teses perfazem 1,17% do quantitativo total de teses desses Programas. Já a somatória de teses e dissertações dos 16 Programas²⁶ pesquisados perfaz 2144 produções no mesmo período. Se comparado a esse quantitativo geral, a produção sobre meio ambiente equivale a apenas 1,11%.

Além da reduzida produção, a análise das tabelas permite identificar a distribuição das produções (teses e dissertações) nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Tem maior incidência de produções a UFPE (região Nordeste), com 10 produções, seguida da UFPA (região Norte) com 6 produções, e depois, a PUC/RIO (Sudeste) com 3 produções.

Ao retomar o estudo de Carvalho e Silva e Silva (2005), que mostram a histórica concentração dos cursos de Pós-Graduação no eixo sudeste-sul, é preciso fazer algumas ponderações quando se trata da temática ambiental. Uma maior concentração de Programas nesse eixo não se expressa numa maior produtividade em relação ao meio ambiente nesses Programas. Ao contrário, a região Norte que apresentou a menor incidência de Programas (apenas 1 Programa de Mestrado, em 2004), apresentou, no período estudado, o segundo melhor índice de produções sobre meio ambiente. A região Nordeste que tinha 6 Programas de

²⁶ Nos 8 Programas de Pós-Graduação (todos em nível de mestrado) em que não há produções sobre o meio ambiente, foram produzidas no total 369 dissertações assim distribuídas: UFPB/JP – 107; UERJ – 91; UFSC – 74; UEL – 65; UFJF – 18; UFAL -14. Nos Programas da UFAM e UCGO não existem produções disponíveis nos Cadernos de Indicadores da CAPES.

Mestrado, em 2004, aparece com o melhor índice de produções sobre meio ambiente. Em ambas as regiões, nos dois Programas com destaque na produção ambiental (UFPA e UFPE), as produções mais recentes são de 2008.

Outra observação é que as duas Linhas de Pesquisa que discutem a questão ambiental estão na UFPA (“Questão Agrária/Questão Urbana e Meio Ambiente no contexto da Amazônia”) e na PUC/RIO (“Questões Sócio-ambientais, Estudos Culturais e Desenvolvimento Sustentável”). Não é possível afirmar que a existência da Linha de Pesquisa garante, por si só, a incidência de produções nessa área. Isso ficou evidenciado tanto na UFPE, onde inexistia linha de pesquisa vinculada ao tema e houve a maior produtividade, como também na PUC/RIO, onde apesar de existir a linha de pesquisa, o índice de produções é reduzido.

Interessante ainda, é o fato de que atualmente a concentração maior de produções sobre o meio ambiente está no eixo norte-nordeste, sendo que as primeiras produções estiveram concentradas no eixo sul-sudeste, mais precisamente na PUC/RS, com 3 dissertações, sendo uma em 1992 e duas em 1997, na PUC/RIO uma dissertação em 1994 e, na PUC/SP uma dissertação, em 1997. As produções incidem com mais frequência a partir de 2003, sobretudo na UFPE, porém, não existe a tendência crescente, nos Programas em geral, nos anos posteriores.

Tabela 3: Relação nominal de teses e dissertações por Programa e Região brasileira* (1970 - 2008)

Região	Instituição	Título **	Nível	Ano
		Assistência social e ambiente: uma análise do projeto aproveitamento sustentável da Andiroba no estado do Amapá.	Mestrado	2006
		A política de educação ambiental no município de Belém: um olhar do Serviço Social	Mestrado	2006
Norte	UFPA	Evolução Urbana e Saneamento Ambiental: Um Olhar Sobre O PAAR	Mestrado	2007
		Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE – Tucuruí	Mestrado	2007
		Desenvolvimento das Cidades: verso e reverso da concepção de sustentabilidade sócio-ambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém - PA	Mestrado	2008
		“Meio Ambiente” na percepção dos moradores das ocupações Riacho Doce e Pantanal na Bacia Hidrografia no Igarapé Tucunduba - PA	Mestrado	2008
		Velhas Práticas, roupagem nova no discurso ambiental: Um estudo de caso sobre a implementação de um projeto de infra-estrutura no município Dagua, na Colômbia	Mestrado	2000
		Desenvolvimento Sustentável e pobreza: o farol do desenvolvimento no Banco do Nordeste em São Gonçalo do Amarante - CE	Mestrado	2003
		A morada do (a) Teimoso (a)”: As práticas Socioambientais de Resistência em Mãe Luiza/Natal - Um Território (in) Sustentável	Mestrado	2004
		Água: recurso desencadeador de conflitos? Os impactos sociais da construção da Barragem de Pirapama.	Mestrado	2004
Nordeste	UFPE	Capitalismo contemporâneo, produção destrutiva e questão ambiental: a direção social dada pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do "lixo" urbano	Mestrado	2005
		Terra de mangue não é terra de habitar: sustentabilidade na produção do espaço a partir das subjetividades que envolvem o Manguezal do Pina, no Recife	Doutorado	2005

Sudeste	UFRN	Conflitos socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais	Mestrado	2007
		Questão ambiental e assentamento rural: a luta por uma sustentabilidade alternativa no assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape – RN	Mestrado	2007
	UFRJ	A “questão ambiental” e a intervenção do serviço social nos programas socioambientais das empresas	Mestrado	2008
		Capitalismo Contemporâneo e “questão ambiental”: uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável	Doutorado	2008
		O desenvolvimento local sustentável no semi-árido nordestino: um estudo de caso na comunidade de Mirandas, Caratúbas/RN	Mestrado	2005
		Desenvolvimento sustentável e gestão das cidades na globalização	Mestrado	2005
	PUC/RJ	Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “Questão Social” na região	Doutorado	2006
		Serviço social, empresa e ecologia – reflexões a partir de três empresas do município do Rio de Janeiro	Mestrado	1994
	PUC/SP	Favela, Lixo e questão ambiental: um estudo do Projeto Favela Limpa	Mestrado	1999
		Formação de Valores Sócio-ambientais: uma experiência em Educação Ambiental	Mestrado	2003
UNESP/FR	Rio Pirai: mudanças ambientais e transformações sócio-culturais - curso, percurso e transcurso de um corpo d' água	Mestrado	2006	
	O serviço social e a questão ecológica: uma articulação em construção	Mestrado	1997	
UNESP/FR	Uma interlocução entre o Serviço Social e Educação Ambiental	Mestrado	1999	
	Das Lamentações a realização dos sonhos? Educação ambiental e mudanças sociais	Mestrado	2004	
UNESP/FR	Metodologia de intervenção sócio-ambiental: a consolidação de interfaces na perspectiva do desenvolvimento sustentável	Doutorado	2004	
	Ilha Solteira e Projeto Cinturão Verde: história e contradições	Mestrado	2004	

	Saúde, Meio ambiente e complexidade	Mestrado	2006
	Eco serviço social: para pressupostos da atuação no século XXI – do bem estar à qualidade de vida	Mestrado	1992
	Eco-práxis: complementaridade e mediação – uma alternativa de orientação metodológica para o serviço social	Mestrado	1997
Sul	Consciência ambiental – possibilidades de conhecimento qualitativo via projeto de qualificação social.	Mestrado	1997
	O serviço social nas trilhas do planejamento sócio-ambiental participativo: um desafio para a contemporaneidade	Doutorado	2005
	A prática do assistente social em uma comunidade sustentável: um desafio para a sociedade contemporânea	Doutorado	2005
	Desenvolvimento Sustentável e cultura da paz no meio escolar: desafios para o Serviço Social	Mestrado	2007

Fonte: Elaboração própria com base nos Cadernos de Indicadores da CAPES, site <http://www.capes.gov.br> e site <http://www.assistentesocial.com.br>.

* Na Região Centro-Oeste não há dados disponíveis sobre produções acerca da temática ambiental nos Programa de Pós Graduação em Serviço Social reconhecidos pelo MEC.

** Nessa relação foram incluídas cinco produções anteriores a 1998, que não estão disponíveis nos Cadernos de Indicadores da CAPES, por isso, existe a diferença em relação ao quantitativo da Tabela 1.

Com base na leitura atenta dos resumos disponíveis *on-line* é possível fazer alguns apontamentos sobre as tendências da produção teórica que vem sendo realizada nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, lembrando que das 35 produções (Tabela 3), apenas 14 delas tem o resumo disponível na internet.

Em relação ao tipo de produção identifica-se que 10 resumos são resultados de pesquisas de campo, sendo que em quatro deles existe o indicativo de que os autores estavam realizando ações profissionais na área ambiental, seja em projetos e programas comunitários, institucionais e acadêmicos, em órgãos governamentais e ONG's ambientalistas. Nos outros seis resumos a atuação direta do profissional na área não é percebida. Do total de 14 resumos, somente dois são estudos teóricos, resultados de pesquisa bibliográfica e documental – um deles discutindo o conceito de desenvolvimento sustentável e o outro o desenvolvimento capitalista no contexto da Amazônia. Em dois resumos não foi possível fazer uma classificação, pois, não está claro no resumo qual o tipo de produção.

Quanto aos assuntos abordados predomina o desenvolvimento sustentável, com seis produções. Em seguida, têm-se duas produções sobre Educação Ambiental; duas sobre apropriação capitalista da natureza; duas sobre conflitos socioambientais, uma sobre saneamento ambiental e uma sobre identidades socioambientais.

Apontam-se aqui as principais discussões realizadas quanto ao desenvolvimento sustentável, à produção capitalista e a educação ambiental, reconhecendo os limites que a leitura limitada ao resumo pode acarretar.

Em relação ao tema do desenvolvimento sustentável, três estudos apontam o fato de o conceito ser apropriado pelo discurso hegemônico para sua própria legitimação, sem que haja transformação nas condições de vida da população em geral.

Nesse sentido, tem-se a dissertação de Fonseca (2006), cujo objeto de pesquisa foi o “Programa de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Amapá (POSA)” e procurou conhecer qual a inter-relação entre a Política de Assistência Social e os programas de desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas amazônicas. Como resultados, a autora identificou a não articulação entre o referido Programa e as políticas públicas:

Há uma diferença entre as aspirações das comunidades ribeirinhas e os interesses das

instituições públicas no que tange ao desenvolvimento sustentável para o arquipélago, as principais necessidades das comunidades referem-se à melhoria da infra-estrutura, saúde, educação e desenvolvimento agrícola. (FONSECA, 2006).

Essa disjunção entre o discurso do desenvolvimento sustentável e as reais necessidades do local pesquisado aparece também na dissertação de Freire (2003). A autora trata do desenvolvimento sustentável e da pobreza no Nordeste, tendo como foco de estudo as ações do “Farol do Desenvolvimento”, através do “Programa CrediAmigo”, em São Gonçalo do Amarante - Ceará. Como resultado da pesquisa tem-se

[...] não serem as ações do Farol do Desenvolvimento, [...] suficientes para potencializar nem mesmo o desenvolvimento econômico do município. Permanecem as condições de pobreza [...]. O CrediAmigo, de fato, é uma das escassas alternativas de sobrevivência e manutenção dos negócios dos feirantes. (FREIRE, 2003).

O estudo realizado por Silva (2004) traz à tona práticas socioambientais de resistência dos moradores do bairro Mãe Luiza em Natal/RN diante das formas de degradação sócio-ambiental impostas ao território pelo mercado imobiliário. Entre outros resultados destaca-se o apoio que esse setor recebe do poder público, ao disseminar o discurso de sustentabilidade em detrimento de ações concretas de fiscalização e controle da ação dos promotores imobiliários. E, apesar das “práticas imediatistas” de resistência dos moradores

[...] o meio ambiente natural e construído de Mãe Luiza, continua a sofrer, de forma cada vez mais acentuada, ações entrópicas inferidas, na maioria das vezes, pelos mecanismos de mercado que especulam sobre o valor do uso e ocupação do solo. (SILVA, 2004).

Um dos estudos defende a perspectiva do desenvolvimento local sustentável, no sentido de que haja o reconhecimento do potencial local e avaliação dos próprios problemas e necessidades, para construir suas

próprias condições de sustentabilidade. Trata-se do estudo de Falcão (2005) acerca do Projeto de Águas subterrâneas do Nordeste brasileiro, na comunidade de Mirandas, em Carnaúbas/RN.

Na compreensão de Franco (2002 apud FALCÃO, 2005, p.24) o local é tido

[...] como elemento de transformação sociopolítica-econômica, como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação, e para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades frente às exigências colocados por problemas de âmbito global.

Como princípios norteadores do desenvolvimento local sustentável, conforme Buarque (2002 apud FALCÃO, 2005, p. 90-91):

[...] é imprescindível o processo endógeno de mudança, o dinamismo econômico, a melhoria da qualidade de vida da população, mobilização e exploração das potencialidades locais, conservação dos recursos naturais e movimento de organização e mobilização da sociedade local.

A crítica está no fato de que essa perspectiva de enfoque no poder local, aparentemente lhe conferindo autonomia, não perde de vista a perspectiva de adequação do “local” à competitividade do mercado global.

Em relação ao estudo de Oliveira (2007, p.7), a autora apesar de reconhecer que “o meio ambiente configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social”, o viés assumido não questiona as relações produtivas e aponta para a “cultura da paz”.

Conforme a autora, as ações profissionais no projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”, desenvolvido em uma escola estadual no Rio Grande do Sul “possibilitam uma maior consciência crítica [...] propõe uma ética de solidariedade [...] a partir da co-responsabilidade” e entre os resultados houve o desenvolvimento de uma “[...] consciência ecológica através da reciclagem de lixo, compostagem, cultivo de hortas e oficinas de geração de renda com familiares [...]” que contribuiu para a prevenção da violência na escola. (OLIVEIRA, 2007, p.7).

Em uma das produções foi realizada uma análise acerca do uso

do conceito de desenvolvimento sustentável, pautando-se na perspectiva crítica. Na dissertação intitulada “Desenvolvimento sustentável e gestão das cidades na globalização”, defendida na UFRJ, em 2005, a autora investiga

[...] as origens de tal conceito, identificando as matrizes teóricas presentes em suas distintas interpretações no sentido de examinar a forma como vem sendo incorporado pelas organizações internacionais, esferas de governo e sociedade civil. Trata-se de verificar se o uso do conceito de desenvolvimento sustentável nas propostas hegemônicas de gestão das cidades confirma a hipótese de que as questões ambientais só são priorizadas quando participam ativamente da movimentação da economia local, através da promoção da cidade ao nível internacional. (ESPIRITO SANTO, 2005, p.3)

Nesse estudo, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem como pano de fundo a contribuição de Marx, pautada em Foster (2005). A autora chama a atenção para a necessidade de “redefinição do conceito da forma como foi trabalhado por Marx” diante do atual contexto de agravamento dos problemas ambientais.

Não se compartilha com a idéia de que Marx tratou de um conceito de “desenvolvimento sustentável” em suas obras. Entende-se que Bellamy Foster (2005) em sua interpretação marxista percebe, em algumas passagens das obras de Marx, semelhanças com o conceito de desenvolvimento sustentável difundido após a Rio-92. Entende-se que havia sim, em Marx, uma preocupação com a interação entre o homem e natureza, que foi manifestada através do conceito de metabolismo onde as trocas realizadas no contexto da expansão da indústria e agricultura intensiva, passaram a se constituir em falhas, ou seja, relações prejudiciais, nocivas ao meio ambiente e ao próprio homem. Se diante disso é inferida uma noção de insustentabilidade, essa noção assim denominada é contemporânea. Mas, é um equívoco pensar que o termo tenha origem nas obras de Marx.

Quanto à produção capitalista e sua apropriação da natureza destaca-se o estudo de Valença (2005), que buscou entender criticamente “o processo de ‘produção destrutiva’ do meio ambiente”. Realizou a pesquisa com organizações da sociedade ligadas à “problemática do lixo” e observou que as estratégias adotadas para o enfrentamento do

“lixo” tendem seguir a mesma lógica do mercado, da lucratividade e da exploração do trabalho.

[...] As interpretações dadas aos problemas ambientais tanto reduzem a complexidade da crise ambiental a um problema estritamente ecológico quanto vinculam os problemas ecológicos a uma discussão estritamente técnica. A maioria das organizações pesquisadas não têm o entendimento de que a crise ecológica está inscrita nos fundamentos da produção capitalista e foi desencadeada pela sua essência destrutiva. (VALENÇA, 2005, p. 6)

Na mesma perspectiva também se destaca a tese intitulada “Amazônia e Desenvolvimento capitalista: elementos para a compreensão da ‘Questão Social’ na região”, de Nádia Nascimento, defendida em 2006, na UFRJ. A autora

[...] questiona as relações capitalistas e a ação dos estados nacionais a ele inerentes, expõe sobre os efeitos, físicos e ambientais, sobre a população amazônica, da implantação, a partir da década de 1970, de grandes projetos de desenvolvimento, predominantemente, minero-metalúrgicos. [...] (NASCIMENTO, 2006, p.6)

Tem-se que nesse estudo a temática ambiental aparece indiretamente, mas a análise é fundamental ao debate acerca do “desenvolvimento”, demonstrando como o desenvolvimento econômico corresponde ao agravamento das condições de vida da população e à degradação do meio ambiente da região Amazônica.

Ao tratar da educação ambiental o estudo de Bastos (2004) buscou “as possíveis mudanças de conhecimento, as atitudes e as práticas” decorrentes de um projeto de Educação Ambiental desenvolvido em uma cidade paulista onde passa um polduto. Foi constatado que não existe uma educação ambiental enquanto política pública, na medida em que os resultados favorecem a empresa e as ações desenvolvidas “[...] são medidas paliativas e compensatórias que não trazem as mudanças necessárias para diminuir ou eliminar a degradação do meio ambiente.” (BASTOS, 2004, p. 12).

Rodrigues (2006) destacou a educação ambiental como uma nova

demanda para o Assistente Social. O estudo teve por objetivo propiciar argumentos teóricos para avançar no debate da categoria, vislumbrando novas competências teórico-práticas e ético-políticas acerca da Educação Ambiental. Na pesquisa foram entrevistadas Assistentes Sociais que atuam em órgãos governamentais na cidade de Belém e um dos aspectos verificados foi a necessidade desses profissionais “[...] se capacitarem teoricamente para a qualificação de sua intervenção profissional nesta área de atuação.” (RODRIGUES, 2006, p. 83).

Assim, apresentam-se alguns apontamentos críticos identificados na produção realizada pelo Serviço Social a que se teve acesso.

3.3. O Serviço Social e a análise marxista sobre a temática ambiental

As observações realizadas ao longo do percurso que vem sendo feito desde a graduação e a construção teórica até aqui elaborada, permite fazer alguns apontamentos acerca da apropriação teórica pelo Serviço Social da temática em pauta.

Na proposta inicial deste estudo indicou-se o interesse em realizar a análise de conteúdo das produções existentes. Porém, dada a amplitude da proposta e diante da dificuldade em definir uma amostra condizente com a opção teórico-metodológica, redefiniu-se a proposta para um estudo conceitual dos fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente e como o Serviço Social se insere nessa discussão.

O referencial teórico aqui construído mostra que existem posicionamentos diferenciados em relação à análise marxista sobre o meio ambiente. Existem os críticos que dirigem acusações a Marx e entendem que as discussões sobre o meio ambiente não tem lugar em suas obras, pois, o consideram “produtivista” e defensor do progresso e da tecnologia, como herdeiro do pensamento iluminista de sua época.

Existem aqueles que defendem ter existido em Marx uma “visão ecológica”, com destaque para a releitura realizada por Foster (2005). O autor identifica categorias que possibilitam subsidiar as análises sobre a temática ambiental. O conceito de “metabolismo”, que remete a interação do homem com a natureza, onde o homem ao interferir nela transformando-a de acordo com suas necessidades, também é modificado pela natureza. Essa relação nem sempre acontece sem problemas. Segundo Foster, Marx identificou “falhas metabólicas irreparáveis”, ou seja, conseqüências negativas do metabolismo homem-natureza. (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

Outra categoria é a “alienação da natureza” na medida em que o homem deixa de se reconhecer como parte do meio ambiente onde vive. Conseqüência da alienação do trabalho na conformação da sociedade capitalista. Nesse contexto, a interação dos homens na natureza (o metabolismo), torna-se uma relação de dominação, de apropriação ilimitada dos recursos naturais.

No contexto atual os problemas ambientais assumiram uma dimensão impensável na época de Marx. Considera-se que a idéia de metabolismo e a alienação mantêm-se categorias atuais e fundamentais para a compreensão do que vem sendo chamado de crise ambiental. Isso porque levam a questionar o modo de produzir a vida em sociedade. No modo capitalista, tem-se que o meio ambiente é considerado mais uma mercadoria comercializável, cuja expropriação atende os princípios de lucratividade. Visto dessa forma, a alienação em relação à natureza tende a crescer e o metabolismo social é comprometido.

O posicionamento que se considera o mais pertinente é aquele assumido no sentido de identificar no pensamento marxista as contribuições, bem como, as lacunas ou insuficiências a fim de atualizar o debate marxista contemporâneo sobre o meio ambiente. Entre os autores que assumem esse posicionamento e travam debates com as obras marxistas considerando as demandas ambientais atuais têm-se Michael Löwy, além de autores da corrente ecossocialista como James O’ Connor, Elmar Altvater e Guillermo Faladori.

Destaca-se Löwy (2004; 2005), que a partir de um ponto de vista ecossocialista, pauta-se na idéia de que não basta suprimir as *relações de produção*, mas sim, o conjunto do modo de produção e consumo deve ser transformado, uma vez que todo o aparelho produtivo, suas forças e relações de produção, estão a serviço da acumulação e expansão do capital. (LÖWY, 2005, p. 55).

O autor destaca a necessidade de revisão crítica das forças produtivas no modo de produção capitalista, pois, diante do atual risco de esgotamento das matérias-primas não é mais justificável a visão otimista acerca do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Para o autor é “[...] urgente uma ruptura radical com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna.” (Löwy, 2004, p. 97).

Essa construção teórica é de suma importância para desmistificar as fragilidades da discussão contemporânea acerca do meio ambiente e desenvolvimento no interior do modo de produção capitalista. Existem diferentes perspectivas de análise que geram polêmicas e dissensos em

torno do que é necessário produzir, para quem produzir e quanto produzir, tendo em vista que as interferências no meio ambiente se tornam cada vez mais destruidoras e suas conseqüências imprevisíveis.

São as concepções que se tem dos conceitos de desenvolvimento e meio ambiente que orientam a formulação de leis e políticas ambientais. Quando se restringe o desenvolvimento ao crescimento econômico e o meio ambiente aos elementos naturais se reforça a visão capitalista hegemônica que, através do viés preservacionista dos elementos naturais, procura garantir sua legitimação enquanto redobra a intensidade da sua ação predatória no espaço construído. Ou seja, se compartimentaliza os espaços natural e construído ao invés conceber o meio ambiente como unidade do natural e do construído, a fim de ocultar as origens da problemática ambiental.

Precisa estar claro para aqueles que se inserem no debate ambiental que o meio ambiente (ainda que no sentido restrito ao natural) só passou a ser inserido na “pauta do desenvolvimento” no momento em que começaram a surgir limites ao crescimento econômico. Isso implica que qualquer ação, tanto no sentido do desenvolvimento sustentável como no sentido do ecodesenvolvimento, tem um fim último, qual seja, o de garantir as condições de produção e reprodução do modelo capitalista. Apesar de ambos os conceitos apresentarem diferenças substanciais, nenhum deles rompe com o modelo produtivo vigente, ao contrário, são usados para o fortalecimento dos mecanismos de acumulação.

Pensando na superação do atual modo de produção tem-se a reflexão de Enrique Leff sobre a construção de uma racionalidade alternativa, a racionalidade ambiental. Essa perspectiva implica uma nova forma de agir no meio ambiente, rompendo com relação mecanicista, pragmática e instrumental predominante na racionalidade econômica capitalista.

O autor não é marxista, mas ele dialoga com as obras de Marx, faz a crítica e reconhece suas contribuições. Tem a influência do pensamento weberiano, ao trazer a importância dos elementos culturais e subjetivos para pensar criticamente na superação da racionalidade dominante. Ao trazer Leff e a dimensão cultural e subjetiva para a discussão ambiental, o objetivo é justamente abrir o diálogo entre perspectivas teóricas distintas, sem perder de vista a crítica marxista.

Entende-se que a dimensão cultural e subjetiva que perpassa o entendimento de meio ambiente para cada um de nós, muitas vezes relegada, é um elemento que pode nos fazer vislumbrar alternativas de

sociedade possíveis e trazer à tona formas diferentes do homem se relacionar com a natureza que venham a resignificar o valor das coisas no mundo e a forma de pensar, de imaginar e de sentir-se parte da natureza.

É fundamental que o Serviço Social se aproprie e problematize essas questões. Na falta de uma análise crítica questionadora das atuais forças produtivas e das relações de produção ou de uma análise superficial dessas relações, a tendência será reproduzir discursos já consagrados e mantenedores das relações sociais instituídas. E, mesmo uma construção teórica pautada no referencial marxista não garante, por si só, uma ação questionadora da atual estrutura na medida em que esta construção não se refletir em práxis, entendida como atividade transformadora, no cotidiano profissional.

As observações feitas nesse estudo mostram que ainda existem fragilidades dentro do Serviço Social na discussão da temática ambiental, sobretudo, na apropriação teórica que o Serviço Social faz dos autores que discutem o meio ambiente a partir da perspectiva marxista. Autores como Bellamy Foster, Michael Löwy, Elmar Altvater, Guilherme Faladori, dificilmente são estudados e, na maioria das vezes, sequer são mencionados nas produções pesquisadas.

Percebe-se que faltam estudos acerca dos fundamentos marxistas para a análise da temática ambiental. Os conceitos de metabolismo, alienação e forças produtivas ainda vêm sendo pouco problematizados. Em apenas três resumos (VALENÇA, 2005; ESPÍRITO SANTO, 2005; NASCIMENTO, 2006), essas discussões se fazem presentes.

Essas observações levam a afirmar, ao final desse estudo, que a produção teórica do Serviço Social sobre meio ambiente é ainda incipiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática ambiental vem ocupando, principalmente desde a década de 1990, um lugar central nas discussões políticas e econômicas em nível mundial.

Nesse contexto, o Assistente Social também é chamado a intervir nas demandas ambientais e precisa ter conhecimento teórico para realizar sua intervenção profissional. O problema de pesquisa da dissertação pauta-se em torno dos fundamentos da análise marxista sobre o meio ambiente e sua relação com o Serviço Social.

Discute-se a forma como o meio ambiente é incorporado na análise marxista, demonstrando que alguns autores defendem uma visão ecológica em Marx e outros o criticam, apontam necessidades de atualizações devido a insuficiências e lacunas.

A partir da análise que Foster (2005) faz das obras de Marx, tem-se como principais contribuições a idéia de metabolismo e alienação da natureza. O metabolismo se refere à relação do homem com a natureza, como uma troca, onde não só o homem transforma a natureza, mas é por ela transformado. Já a alienação da natureza revela que nessa relação metabólica o homem se distancia e não se reconhece como parte da natureza. A alienação resulta do caráter antagônico e contraditório do modo de produção capitalista.

Entre as lacunas e necessidades de revisão, Michael Löwy aponta a necessidade de revisão crítica das forças produtivas, que se tornam destrutivas no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo. Já Enrique Leff traz para o debate a idéia de racionalidade ambiental, uma forma alternativa de o homem interagir como o meio ambiente, que seja capaz de superar a racionalidade econômica dominante.

Esse estudo da análise marxista é necessário na medida em que ao fazer o levantamento das produções (teses e dissertações) existentes nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social percebeu-se uma incipiente produção teórica acerca da temática ambiental, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

A somatória de teses e dissertações dos 16 Programas pesquisados perfaz 2144 produções, no período de 1998 a 2008. Dos Programas pesquisados em 8 deles foram encontradas produções sobre o meio ambiente, totalizando 24 produções no período. Se comparado ao quantitativo geral, a produção sobre meio ambiente equivale a apenas 1,11%.

Também existem limites em termos qualitativos. As observações

mostram que no Serviço Social, com raras exceções, a perspectiva de análise sobre a temática ambiental ainda não corresponde ao marxismo ou este aparece com fragilidades, pois, ainda se desconhece sua contribuição para o estudo do meio ambiente.

Contudo, isso não implica dizer que a formação crítica, pautada no referencial marxista, não esteja respondendo a essas demandas. Ao contrário, *o marxismo pode debater o tema ambiental e o Serviço Social se apropriar dessa discussão*. O estudo dos fundamentos da análise marxista demonstra *a relevância de buscar a qualificação teórica sobre o marxismo e o meio ambiente dentro do Serviço Social*, além da *necessidade de enfrentar este tema do ponto de vista da demanda real que se apresenta no cotidiano da intervenção profissional*. Trata-se de uma rica e polêmica temática aberta a novas construções.

Penso que é preciso fazer um questionamento acerca da opção teórico-metodológica – a perspectiva marxista - na qual a categoria profissional hegemonicamente está referenciada. Se o marxismo é assumido como perspectiva de análise por que no Serviço Social ainda existe uma relutância quanto à apropriação da análise marxista sobre o meio ambiente?

Reconhecendo os limites deste trabalho e também os limites de nossa área de conhecimento ao tratar do meio ambiente, acredita-se que o fato de demonstrar algumas fragilidades acerca do Serviço Social, meio ambiente e a análise marxista é um avanço importante. Para além de um ponto de vista individual se assume a dimensão coletiva dessa problemática demonstrando que ela não pode ser negligenciada, nem como demanda da realidade, nem enquanto análise teórica.

Mesmo existindo limites, diversidades e divergências acredita-se encontrar na discussão da temática ambiental um importante potencial de luta, pois, constitui-se em uma demanda ampla e mundial, capaz de mobilizar indivíduos, a sociedade e suas organizações, inclusive reconhecendo nestas lutas as questões de classe e os mecanismos da produção capitalista. Não poderia ser este um caminho fecundo para luta socialista contemporânea?! Se for um indicativo ou apenas uma pista, mesmo que equivocada, o Serviço Social deveria ao menos pensar nela. No entanto, percebo que este desafio ainda não foi enfrentado pelo Serviço Social com a dedicação e o rigor requerido.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Política Social, pobreza e desigualdade: a prática da teoria. In: ABRANCHES, S. H. **Política Social e combate à pobreza**: a teoria da prática. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 10-16.

AGENDA 21. Disponível em:<<http://www.ecolnews.com.br/agenda21>>. Acesso em: 10 de mai. 2010.

ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje** - problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>>. Acesso em: 12 de fev. 2010.

ANDRADE, J. B. T.; Desenvolvimento sustentável e meio ambiente. In:_____. **Curso de Capacitação em Serviço Social**, Brasília: UNB, 1997, p. 187-195.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007a. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra - Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003, p. 77-287.

_____. **Política Social no capitalismo tardio**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007b, p. 163-189.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory, G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BÓRON, A. A atualidade do manifesto comunista. In: BORON, A. **A coruja de minerva** - mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Tradução de Ana Carla Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes;

CLACSO; LPP. 2001.

BOURCKHARDT, V. Indicadores Ambientais de limpeza pública de Toledo. **Anais do XVI Encontro Anual de Iniciação Científica PIBIC/CNPq**. Maringá-PR, 2007a.

_____. **A gestão dos serviços de limpeza pública urbana no município de Toledo – PR**. 2007. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007b.

_____. **Racionalização Social e apropriação da natureza: uma aproximação as análise de Max Weber e Enrique Leff**. Florianópolis, 2008a. mimeo.

_____. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: um caso de construção e incorporação dos direitos na sociedade brasileira**. Florianópolis, 2008b. mimeo.

_____. Capitalismo dependente latino-americano e a apropriação do meio ambiente no caso brasileiro. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz/MA: Universidade Federal do Maranhão/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2009.

BOURCKHARDT, V.; CESCNETO, E. A. Política Ambiental e os serviços de limpeza pública urbana no município de Toledo-PR. **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007a.

_____. A implementação da limpeza pública urbana em Toledo-PR: aspectos relevantes para a discussão. **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz/MA: Universidade Federal do Maranhão/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>> Acesso em: 30 de abr. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988. 23. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

_____. Lei n. 6938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.

_____. Lei n. 10.257/2001, **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2009.

_____. Visões estreitas na educação ambiental. In: **Ciência Hoje**, vol. 24, n. 141, p. 62-65, ago.1998.

CADERNOS DE INDICADORES CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: jun. 2009 e mai. 2010.

CARNEVALE, B. L. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental**: um estudo dos ENPESS e CBAS. 2009. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Centro Sócio-Econômico – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, D. B. B; SILVA e SILVA, M. O. **Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2005.

CORNELY, S. A. Introdução à ecologia social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 38, p. 20- 29, abr.1992.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. In: **Revista Praia Vermelha**, vol. 19, n. 2, p. 21-36, jul/dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/127/79>> Acesso em: 10 de jul. 2010.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DEXHEIMER, Marcus Alexander. **Democracia participativa e Estado de Direito do Ambiente**: a contribuição dos instrumentos participativos instituídos pelo Estatuto da Cidade. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DIEGUES, A. C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.

Revista São Paulo em Perspectiva, n.6, p. 22-29, jan./jun., 1992.

Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/producao/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf>. Acesso em: 29 de abr. 2010.

DUPAS, G. O impasse ambiental e a lógica do capital. In: DUPAS, G. (Org.). **Meio ambiente e crescimento econômico**: tensões estruturais. São Paulo: Editora da UNESP; Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, 2008, p. 21-89.

ESPIRITO SANTO, A. L. do. **Desenvolvimento sustentável e gestão das cidades na globalização**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2005. 109f. Programa de Pós - Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FALADORI, G. O metabolismo com a natureza – marxismo e ecologia.

Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 12, 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf>>. Acesso em: 12 de fev.2010.

_____. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista**. n. 04, 1997. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf>.

Acesso em: 12 de mai.2010.

FALCÃO, R. **O desenvolvimento local sustentável no semi-árido nordestino:** um estudo de caso na comunidade de Mirandas, Carnaúbas/RN. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2005. 182 f. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FALEIROS, V. P. Las Funciones de la política social em el capitalismo. In: BORGIANNI, E.; MONTAÑO, C. **La Política Social hoy.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 43-70.

FERREIRA, L.da C. A **Questão ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.

FONSECA, C. T. **Assistência Social e ambiente:** uma análise do projeto de aproveitamento sustentável da Andiroba no Estado do Amapá. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2006. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Ecologia e a transição do capitalismo para o socialismo. **O Comuneiro Revista Eletrônica**, n.10, mar./2010. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr10_03_bellamy.html>. Acesso em: 05 de mai. 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília: Ed. Plano, 2003.

FREIRE, M.C.M. **Desenvolvimento Sustentável e pobreza:** o Farol do desenvolvimento no Banco do Nordeste em São Gonçalo do Amarante - CE. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2003. 149 f. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FREUND, J. A racionalização. In: **Sociologia de Max Weber.** Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 18-24.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. La difusión del racionalismo secular. In: **El Capitalismo y la moderna Teoria Social**. Tradução de Aurelio Boix Duch. 5.ed. Coleção Labor, 1994, p. 291-299.

GÓMEZ, J. A. D. et al. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2005.

HENRICH, D.; OFFE, C.; SCHLUCHTER, W. Max Weber e o projeto da modernidade. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n.22, p. 229-257, dez.1990.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005.

LAYRARGUES, P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, n. 71, p. 5-10, 1997. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: 29 de abr. 2010.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Velenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ecologia y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. 2.ed. México: Siglo Veintiuno, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão

ambiental: ampliando os debates. LOUREIRO, C. F. B. (Org.). [et al]. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÖWY, M. De Marx ao ecossocialismo. Tradução de Guilherme J. F. Teixeira. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época, v.125).

_____. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista eco-socialista. **O comuneiro Revista Eletrônica**, n.9, set. 2009. Disponível em:

<http://www.ocomuneiro.com/nr9_04_micheallowy.html>. Acesso em: 12 de fev. de 2010.

LUNA, S. V. de. Sobre o problema de pesquisa. In: **Revista Chronos**, Caxias do Sul, v. 26, n.1 e n.2, p. 93-108, jan/dez. 1993.

MACKAL, D. G. **As idéias de Weber**. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MINAYO, M. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MOTA, A. E; SILVA, M. G. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Revista Praia Vermelha**, vol. 19, n. 2, p. 37-50, julho-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/12>>

7/79> Acesso em: 10 de jul. 2010.

NASCIMENTO, D. T. do; CAMPOS, E. T.; SCHENINI, P. C. Estatuto da Cidade: um instrumento para a participação social na gestão urbana. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.6, n.2, p.181-192, jul./dez.2003.

NASCIMENTO, N.S.F; **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da ‘Questão Social’ na região.** Tese (Doutorado em Serviço Social). 2006. 195 f. Programa de Pós - Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.1).

OLIVEIRA, S.B. **Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz no meio escolar: desafios para o Serviço Social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2007. 148 f. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC/RS, Porto Alegre, 2007.

PINTO, J. B.G. **O projeto de dissertação: Sugestões para sua elaboração.** Recife, 1992. mimeo.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007 . (Coleção Questões de Nossa Época, v. 41).

ROESLER, M. R.V. B et al. Ações Formativas de Educação Ambiental da SEIPAS com idosos do Programa UNATI. **Revista Expressa Extensão.** Pelotas –RS: Editora e Gráfica Universitária PREC – Ufpel, 2007, v.12.

ROESLER, M. R.V. B; CESCONEITO, E.A. Limites de mensurabilidade dos indicadores ambientais no processo de conhecimento e gestão ambiental. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 89, p. 104-128, mar./2007.

SACHS, I.; VIEIRA, P. F (Org.) **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania Ambiental**: novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

SANTOS, R. dos. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social/Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, A L.da. “**A morada do (a) teimoso (a)**”: as práticas socioambientais de Resistência em Mãe Luiza/Natal – um território (in) sustentável. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2004. 173f. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2004.

TELLES, V. **Direitos Sociais, afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em:
<<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php>> Acesso em: 15 de jun. de 2009.

URBAN, T. (Comp.) **Em outras palavras**: meio ambiente para jornalistas. Curitiba: SENAR - PR/SEMA, 2002.

_____. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VALENÇA, M. **Capitalismo contemporâneo, produção destrutiva e questão ambiental**: a direção social dada pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do ‘lixo’ urbano. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

VIEIRA, J. E. G.; Educação para sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental das cidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v.72, p. 62-70, nov./2002.

VIEIRA, L.; BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação - De Estocolmo a Joanesburgo. In: SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (Org.) **Rumo à ecossocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007, p.09-31.

VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. **Políticas ambientais no Brasil**: gênese, evolução e desafios socioinstitucionais, Florianópolis, 2002. mimeo.

VEIGA, J. E. da; **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ZACARIAS, R. “Sociedade de consumo”, ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009, p. 119-139.